

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 1, Número 1, Maio de 2012

Dossiê China

O “Autoritarismo em Rede”

Rebecca MacKinnon

A Batalha pela Internet

Xiao Qiang

O Abrupto Crescimento da Religião

Richard Madsen

Corrupção na Índia Uma Ameaça Persistente

Sumit Ganguly

A Turquia sob o AKP Os Direitos e as Liberdades estão Assegurados?

Berna Turam

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Tania Quintaneiro

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão

Apresentação

Este é o primeiro número da edição em português do *Journal of Democracy*, periódico editado em inglês pelo *National Endowment for Democracy*. Publicaremos duas edições por ano, somente em versão eletrônica. O objetivo é oferecer artigos de muito boa qualidade, escritos em linguagem não acadêmica, sobre processos políticos e sociais que afetam a democracia e a dinâmica do sistema internacional. Trata-se de mais uma iniciativa do projeto Plataforma Democrática, que a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais conduzem desde 2008, com o propósito de fortalecer a cultura e as instituições democráticas por meio do debate de ideias.

Esta edição traz cinco artigos. Dois deles se referem aos usos políticos da Internet na China. É sabido que o governo chinês exerce controle sobre a difusão de informações e mensagens tidas como politicamente perigosas à estabilidade do regime. Sabe-se igualmente que a Internet é um dos ambientes em que esse controle se exerce. No entanto, nossos conhecimentos sobre o tema em geral terminam por aí. “O ‘Autoritarismo em Rede’ na China”, de Rebecca MacKinnon, e “A Batalha pela Internet na China”, de Xiao Qiang, da Universidade da Califórnia em Berkley, ampliam-nos a visão sobre o assunto. Os autores revelam não apenas como o controle se exerce no “autoritarismo em rede”, mas também como e em que medida, em meio à “batalha pela Internet”, abrem-se espaços de participação e contestação política na China. Qiang argumenta que a Internet está mudando as relações entre Estado e Sociedade naquele país. Relativamente otimista, aponta a “emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa”. Já MacKinnon põe ênfase na capacidade que as autoridades chinesas têm de produzir e moldar as informações que circulam na Internet, de modo a favorecer a con-

tinuidade do regime: “o sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o suficiente para que mesmo os chineses melhores e mais brilhantes não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada”.

O pequeno “dossiê” sobre a China traz ainda o artigo de Richard Madsen, da Universidade da Califórnia em San Diego, que aborda o fracasso da política de completa secularização da sociedade chinesa, primeiro pela coerção, durante os anos da Revolução Cultural, e depois, pela difusão da educação científica, desde o início das reformas de Deng Xiaoping. Madsen discute até que ponto o Cristianismo, o Islamismo e o Budismo Tibetano constituem ameaças ao domínio do Partido Comunista Chinês, e como este percebe (e reage à) essa ameaça. Cada qual de seu ângulo, os três artigos relativos à China nos oferecem informações e perspectivas novas para entender a dinâmica política e social neste que é o maior poder emergente na cena internacional.

Completam esta primeira edição dois artigos sobre outras potências emergentes, que vêm passando por transformações sociais e políticas intensas nos últimos anos. Berna Turam, professora da Universidade de Northeastern em Boston, nascida e educada na Turquia, escreve sobre as tensões internas do “modelo turco”, que desde a eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento em 2002, vem combinando modernização e crescimento econômicos com democracia e pluralismo, sob a liderança de um partido de orientação islâmica. Sumit Ganguly, por sua vez, intelectual de origem indiana, põe foco sobre o movimento anticorrupção desencadeado na Índia pela greve de fome do ativista Kisan Baburao “Anna” Hazare, no primeiro semestre de 2011. Ambos os autores colocam em xeque visões simplistas sobre os assuntos abordados.

Em “A Turquia sob o AKP: os direitos e as liberdades estão assegurados?”, Turam analisa os perigos que a hegemonia do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco) acarreta para a democracia e sugere ser precipitada a conclusão de que na Turquia se alcançou uma fórmula estável de convivência entre maioria social

e política islâmica, estado laico, democracia e pluralismo. Os perigos estariam não apenas das tentações hegemônicas do AKP, nos planos da política e da cultura, mas também da ausência de firmes convicções democráticas nas principais forças de oposição, ainda presas à tradição de autoritarismo laico que marcou profundamente o país ao longo do século XX.

Ganguly aponta os riscos que a corrupção endêmica coloca para o regime democrático na Índia, a despeito da existência de instituições concebidas para identificar e punir práticas corruptas entre agentes públicos e privados. Por isso, o autor ressalta os aspectos positivos da mobilização social em favor da criação de um órgão anticorrupção independente do governo, com vastos poderes para agir, inclusive a partir de denúncias diretas de população. Por outro lado, não lhe escapa os riscos de tal órgão responder “ao apetite por remédios extrassistêmicos (e talvez até antissistêmicos)”, desencadeando dinâmicas que enfraqueceriam, ao invés de fortalecer, as instituições e a cultura democráticas na Índia. A chamada “Jan Lockpal Bill”, também conhecida como a “Lei do Ombudsman do Cidadão”, continua a mobilizar corações e mentes no governo, no parlamento e na sociedade daquele país.

Os cinco artigos que compõem este número, embora se refiram a realidades nacionais específicas, lidam com questões – as relações entre poder, comunicação e Internet, entre religião e política, entre estado laico e democracia, etc – que transcendem fronteiras nacionais e se colocam no centro da reflexão sobre a democracia no mundo contemporâneo. E o fazem com alta qualidade acadêmica, em linguagem não cifrada, a partir de ângulos diferentes, de modo a permitir ao leitor uma compreensão mais ampla e matizada sobre os principais desafios da e à democracia na época em que vivemos.

Marca-se, assim, desde o início, a linha editorial que seguiremos nas edições do *Journal of Democracy* em Português.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê China

O “AUTORITARISMO EM REDE” NA CHINA*

Rebecca MacKinnon

Rebecca MacKinnon é pesquisadora sênior Bernard L. Schwartz na New America Foundation. É cofundadora da Global Voices Online (www.globalvoicesonline.org), uma rede global de comunicação cidadã. Este ensaio foi escrito com base no testemunho que ela apresentou à Comissão Executiva dos Congressistas Norte-americanos sobre a China (www.cecc.gov) em 24 de março de 2010.

Para marcar o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, uma organização germânica de artes lançou um *website* chamado “Muro de Berlim do Twitter”. Qualquer um, de qualquer lugar, por meio da Internet, poderia usar o Twitter para postar um comentário em balões de discussão. Poucos dias depois de seu lançamento, o *website* transbordava de mensagens em chinês. Em lugar de mencionar o fim da Guerra Fria e a queda do comunismo na Europa, os usuários chineses do Twitter acessaram o *site* para protestar contra a censura de seu próprio governo à Internet. Um deles escreveu: “Minhas desculpas ao povo alemão um milhão de vezes (por ter tomado este *site*). Mas eu penso que, se o povo alemão aprender sobre a nossa situação, eles se compadeceriam por nós um milhão de vezes”. O Twitter está bloqueado na China. Mas uma comunidade crescente está tão determinada a ter acesso ao serviço de conversas sem censura mais amplamente utilizado mundialmente que esses usuários chineses da Internet adquiriram

*Publicado originalmente como “Liberation Technology – Chinas’s ‘Networked Authoritarianism’”, *Journal of Democracy*, Volume 22, Número 2, Abril de 2011 © 2011 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

a habilidade técnica de contornar esse sistema de censura – amplamente conhecido como “o grande Firewall da China”, um sistema de filtragem que bloqueia *websites* nas conexões domésticas da Internet.

Em finais de janeiro de 2010, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton – que, dois meses antes, tinha visitado o Portão de Brandenburgo, em Berlim, juntamente com outros líderes mundiais, para celebrar o vigésimo aniversário da queda do Muro – fez um discurso de 45 minutos sobre “liberdade na Internet”. Ela expôs claramente como uma Internet global única, livre e aberta é um pré-requisito essencial da liberdade e da democracia no século XXI. “Uma nova cortina de informação está se fechando ao redor da maior parte do mundo”, ela alertou. “E, para além dessa divisão, vídeos virais e postagens em *blog* estão se tornando o *samizdat* de nossos dias”¹.

Mas podemos partir da suposição de que o autoritarismo chinês se desmoronará do mesmo modo que a Cortina de Ferro se desfez há duas décadas? É ingênuo supor que a Internet levará a uma rápida democratização na China ou em outros regimes repressivos. Existem questões difíceis de política governamental e de responsabilidades de empresas que devem ser resolvidas a fim de se assegurar que a Internet e as tecnologias móveis possam realizar seu potencial de apoio à liberação e ao empoderamento.

Quando um regime autoritário adota e se ajusta às mudanças inevitáveis trazidas pelas comunicações digitais, o resultado é o que eu chamo de “autoritarismo em rede”. No Estado autoritário em rede, o partido único no poder se mantém no controle enquanto um amplo espectro de conversações a respeito dos problemas do país ocorre nos *websites* e nos serviços de redes sociais. O governo acompanha essas conversações *on-line*, e às vezes as pessoas conseguem usar a Internet para chamar a atenção para os problemas sociais ou as injustiças, e ainda provocar certo impacto sobre as políticas do governo. Em consequência disso, o usuário médio da Internet ou com acesso móvel passa a ter um sentimento muito maior de liberdade – e pode vir a sentir que

possui a capacidade de falar e de ser ouvido – de formas que não eram possíveis sob o autoritarismo clássico. Ao mesmo tempo, no Estado autoritário em rede, não existem garantias de direitos e liberdades individuais. Aqueles que são vistos pelos governantes como ameaças são presos; eleições realmente competitivas, livres e justas não acontecem; e as cortes e o sistema legal são ferramentas do partido do governo.

Como residentes em uma sociedade autoritária em rede, os mais de quatrocentos milhões de usuários chineses da Internet estão conseguindo se divertir mais, se sentir mais livres e ser menos temerosos em relação a seu governo do que o foram há poucas décadas. Ao mesmo tempo, no entanto, o governo continua a monitorar seus cidadãos e a censurar e a manipular as conversas *on-line* em tal grau que ninguém foi capaz de organizar um movimento oposicionista viável. De acordo com a Fundação Dui Hua – uma organização de defesa dos direitos humanos –, em 2008, detenções e julgamentos sob a acusação de “ameaça à segurança do Estado” – a acusação mais comum usada nos casos de dissidentes políticos, religiosos ou étnicos – mais que dobrou, pela segunda vez, em três anos². O cidadão chinês médio, no entanto, raramente ouve falar de tais tendências – uma “lacuna de informação” que torna muito menos provável que a massa crítica venha a perceber a necessidade de uma rápida mudança política. O sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o bastante para que mesmo os melhores e mais brilhantes chineses não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada. Todos os estudantes universitários da capital chinesa possuem acesso à Internet de alta velocidade. Mas, recentemente, quando uma equipe de documentaristas da televisão pública dos Estados Unidos chegou ao *campus* da Universidade de Pequim e mostrou aos estudantes a fotografia ícone de 1989 – de um homem em pé diante de um tanque na Praça Tiananmen –, a maior parte deles não foi capaz de reconhecer a foto.

A experiência chinesa nos ensina uma lição globalmente válida: ativistas independentes e movimentos pró-democracia podem ter vencido algumas escaramuças anteriores com a censura, mas não se pode supor que seus adversários permanecerão frágeis e inábeis na navegação e manipulação das redes de comunicação digital. De fato, governos e outros poderes ameaçados pelos insurgentes digitais estão aprendendo rapidamente e distribuindo recursos sem precedentes na construção de sua capacidade de influenciar e de moldar, de formas diretas e indiretas, as redes de comunicações digitais. Como Larry Diamond afirmou: “Não é a tecnologia, mas pessoas, organizações e governos que determinarão quem irá prevalecer”³.

No discurso público a respeito da Internet e dos governos representativos, os políticos e os ativistas ocidentais usam com frequência a metáfora do período da Guerra Fria de formas similares à comparação feita por Clinton entre os *blogs* e o *samizdat* da era soviética. Tais metáforas são mais fortes no discurso político sobre o Grande Firewall chinês. O estudioso de comunicação Lokman Tsui, residente em Hong Kong, tem criticado essas lentes da “Cortina de Ferro 2.0” por meio das quais muitos no Ocidente procuram entender a relação entre o governo chinês e a Internet. “As estratégias para romper o grande Firewall”, ele escreve, “estão baseadas na crença de que a Internet é um Cavalo de Tróia (outra metáfora!) que vai acabar por desemponderar o Estado chinês a partir de dentro e derrubar o governo autoritário, como os bárbaros, em outros tempos, fizeram na China, e como a radiodifusão internacional fez em relação ao fim do comunismo na Guerra Fria”. Tsui argumenta que, para a compreensão do impacto da Internet sobre a política chinesa, esse ângulo de análise não é consistente com o volume crescente de pesquisa empírica e, portanto, resultará, provavelmente, em políticas e estratégias de ação fracassadas⁴.

Guobin Yang, que começou a pesquisar o discurso *on-line* chinês antes mesmo que a Internet começasse a se tornar comercialmente disponível na China em 1995, concluiu que, apesar da crescente sofisticação

do sistema chinês de censura e de vigilância, a Internet chinesa é, de todo modo, um lugar altamente “contencioso”, onde o debate é intenso, apaixonado e também lúdico. Após analisar numerosos casos nos quais os usuários da Internet chinesa foram bem-sucedidos em chamar a atenção nacional para injustiças ou conseguiram provocar mudanças genuínas nas políticas do governo local ou no comportamento oficial, Yang argumenta que a Internet tem promovido uma “revolução social, devido a pessoas comuns assumirem um papel sem precedentes como agentes da mudança, e porque novas formações sociais estão entre seus resultados mais profundos”⁵. Note-se que a revolução que ele descreve está sendo travada principalmente pelo povo chinês que publica e acessa informação nos *websites* e nos serviços operados por empresas chinesas – em outras palavras, agindo no interior do grande Firewall.

Ao examinar o uso das tecnologias de informação e de comunicações (TICs) por parte das classes trabalhadoras chinesas “menos favorecidas”, Jack Linchuan Qiu documenta como o uso da Internet e dos telefones celulares se difundiu entre os “estratos baixos” da sociedade chinesa. Esse processo tem dado origem a uma nova “sociedade da classe trabalhadora em rede” que forneceu às pessoas menos favorecidas da China mecanismos de mobilidade, empoderamento e melhorias pessoais. Mesmo assim, ele também descreve como a “classe trabalhadora TICs” fornece novas alavancas para que o governo e as corporações organizem e controlem o “trabalho programável”. Embora os trabalhadores chineses sejam capazes de usar as tecnologias de Internet e telefones celulares para organizar greves e compartilhar informações a respeito das condições das fábricas em diferentes partes do país, Qiu conclui que “as classes trabalhadoras TICs não constituem por si mesmas uma condição suficiente para um empoderamento cultural e político”⁶.

Pode o Ativismo *On-line* Ajudar os Autoritários?

Em seu livro *Technological Empowerment: The Internet, State, and Society in China*, Yongnian Zheng observa que o sucesso ou o

fracasso do ativismo *on-line* na China depende de seu escopo e foco, e que algum ativismo *on-line* – particularmente aquele que se dá em nível local ou que visa alguma questão política específica sobre a qual existam divisões ou lutas por espaço entre diferentes partes do governo – pode de fato servir para apoiar a legitimidade do regime. Os movimentos *on-line* menos bem-sucedidos tendem a ser aqueles que defendem várias formas de “saída” política, incluindo convocações para o fim do governo de partido único do Partido Comunista Chinês (PCC) e uma maior autonomia ou independência para grupos étnicos ou religiosos específicos. “Quando o regime é desafiado por ameaças”, escreve Zheng, “é provável que os de linha branda e os de linha dura se coloquem do mesmo lado e combatam os desafiantes”. Por outro lado, movimentos *on-line* bem-sucedidos na China são comumente caracterizados pelo que Zheng (seguindo Albert O. Hirschman) denomina opção “voz”, ou que outros cientistas políticos chamam de “opção cooperativa”. Tais insurgências *on-line* proveem, de fato, munição para os líderes reformistas ou para os burocratas liberais locais em suas lutas pelo poder contra os colegas conservadores de linha dura. O ativismo do tipo “voz” ajuda a reduzir os riscos políticos dos funcionários reformistas, que podem apontar os sentimentos *on-line* e argumentar que, sem ação ou sem mudanças políticas, existirão mais inquietação e insatisfação públicas⁷.

Portanto, níveis crescentes de ativismo *on-line* na China não podem ser interpretados automaticamente como sinal de uma iminente democratização. Devemos examinar que tipo de ativismo *on-line* está sendo bem-sucedido e que tipo está fracassando. Se o ativismo do tipo “voz” está acontecendo na maior parte do tempo, enquanto o ativismo do tipo “saída” está sendo sistematicamente asfixiado e esmagado – graças aos altos níveis de censura e vigilância sistemática, além da falta de um judiciário independente ou imparcial –, pode-se concluir que o PCC se adaptou à Internet com sucesso muito maior do que a maioria dos observadores ocidentais pressupõe. A mentalidade da Cortina de Ferro 2.0 – criticada por Tsui – pode ter cegado

muitos políticos ocidentais, ativistas de direitos humanos e jornalistas sobre o que está acontecendo de fato na China. Em 2005, o colunista do *New York Times* Nicholas Kristof escreveu sem titubear: “é a própria liderança chinesa quem está cavando a cova do Partido Comunista, oferecendo ao povo chinês a banda larga”⁸. A análise de Zheng, no entanto, sustenta a conclusão oposta: a Internet pode, na verdade, prolongar o domínio do PCC, insuflando seu poder doméstico e sua legitimidade, enquanto o regime não implementa qualquer reforma política ou legal significativa.

O discurso e a deliberação sobre políticas públicas não são traços exclusivos das democracias. Cientistas políticos têm identificado diversas ocorrências de discurso público e de deliberação em uma série de Estados autoritários. Em 2008, Baogang He e Mark Warren cunharam o termo “deliberação autoritária” para explicar de que modo o regime autoritário chinês usa “vias deliberativas” para apoiar a legitimidade do regime. Embora seja possível que a deliberação que vem ocorrendo agora no interior do autoritarismo chinês possa trazer uma eventual democratização, Baogang He e Warren acreditam que essa é apenas uma de duas possibilidades. A outra é que as práticas deliberativas adotadas pelo Estado possam estabilizar e estender o governo autoritário do PCC⁹.

Min Jiang aplica o conceito de deliberação autoritária especificamente ao ciberespaço chinês, identificando quatro tipos principais de espaços deliberativos: 1) “espaços de propaganda central”, o que significa *websites* e fóruns criados e operados diretamente pelo governo; 2) “espaços comerciais regulados pelo governo”, o que significa *websites* e outras plataformas digitais que pertencem e são operadas por empresas privadas, mas que estão sujeitas à regulamentação do governo, incluindo exigências elaboradas para a censura de conteúdos e a vigilância do usuário; 3) “espaços cívicos emergentes”, o que significa *websites* dirigidos por organizações não governamentais e não comerciais, os quais são censurados menos sistematicamente do que os espaços comerciais, mas que, de toda maneira, estão sujeitos a

exigências de registro assim como à intimidação, ao fechamento ou à prisão quando seus autores cruzam os limites ou quando os administradores falham em controlar as conversações da comunidade, e 4) “espaços deliberativos internacionais”, o que significa *websites* e serviços que são hospedados fora da jurisdição do governo chinês – alguns dos quais são bloqueados e requerem ferramentas para driblar barreiras eletrônicas e, assim, poderem ser acessados –, onde podem ser encontrados os conteúdos e as conversações não permitidos nos *websites* domésticos e onde usuários chineses da Internet, de mentalidade mais internacionalizada, buscam empreender conversas com um público global mais amplo.

É importante observar que o Grande Firewall foi pensado para controlar apenas a quarta categoria de espaço deliberativo, aquele que é situado fora da China. São as duas primeiras categorias, como aponta Jiang, que ainda provocam maior impacto sobre a opinião pública chinesa. O Estado usa meios de controle muito mais diretos e proativos para controlar os três primeiros espaços deliberativos, todos os quais operam no interior da jurisdição do governo chinês. Conteúdo indesejável ou “sensível” ou é apagado da Internet como um todo ou sua publicação é bloqueada¹⁰.

A Web como um Sistema Hidráulico

O pesquisador chinês Li Yonggang sugeriu que, ao invés de se usar uma metáfora de “firewall”, é mais útil pensar os controles da Internet chinesa – os quais incluem não apenas a censura, mas a vigilância e a manipulação da informação – como algo parecido a um gerenciamento das águas de um sistema hidroelétrico. Os gerentes têm tanto uma rotina, quanto objetivos relacionados à administração de crises: lidando diariamente com os fluxos e a distribuição, de um lado, e com secas e enchentes, de outro. É um sistema grande, complexo, com muitas partes móveis, e manejá-lo requer flexibilidade. É impossível ao governo central possuir o controle total sobre cada detalhe do nível ou da pressão a todo

momento. Os administradores do sistema aprendem e inovam enquanto atuam¹¹.

Declarações recentes do governo chinês revelam que, assim como a água, a Internet é vista como algo simultaneamente vital e perigoso. De acordo com o documento do governo de 2010 “A Internet na China”, a rápida expansão da Internet por todo o país e a penetração de dispositivos móveis são uma prioridade estratégica. A Internet é vista como indispensável à educação, à redução da pobreza e à eficiente transmissão de informação e de serviços ao público. O desenvolvimento de uma Internet vibrante e de um setor de telecomunicações próprios são também considerados críticos para a competitividade econômica global de longo prazo da China¹². No nível global, a Internet está evoluindo rapidamente, afastando-se dos computadores pessoais e indo em direção aos dispositivos móveis, aparelhos e veículos, tendo a África e o Oriente Médio a taxa de crescimento mais rápido no uso da Internet e de telefones celulares. A estratégia do governo chinês é que as empresas do país liderem a inovação da Internet móvel, particularmente no mundo em desenvolvimento. Em 2010, o *premier* Wen Jiabao falou em diferentes ocasiões sobre a importância da “Internet das coisas”, estimulando avanços por parte de empresas chinesas no que o governo chamou de indústria estratégica¹³.

Embora o governo tenha controle direto sobre os *websites* administrados pela mídia estatal, assim como sobre os seus próprios *websites* nacionais e de nível provincial e local, a maior parte da Internet chinesa é, de longe, controlada pelo setor privado (ou pelos “espaços comerciais regulamentados pelo governo”, conforme a taxonomia de Min Jiang sobre os espaços digitais deliberativos chineses). O autoritarismo chinês em rede não pode operar sem a cooperação ativa das empresas privadas – independentemente da origem de seu financiamento ou de onde sua matriz está instalada. Todos os anos, um grupo de executivos chineses da Internet é escolhido para receber o “Prêmio de Autodisciplina na Internet da

China”, conferido pelo governo com vistas ao “desenvolvimento harmonioso e saudável da Internet”.

Na linguagem legal anglo-europeia, o mecanismo legal usado para implementar o sistema de “autodisciplina” é uma “responsabilidade intermediária”. É o mecanismo pelo qual o Google chinês, Google.cn, tinha de censurar a si mesmo até que o Google redirecionou seu sistema chinês de busca simplificado para Hong Kong. Todas as empresas de Internet – domésticas ou estrangeiras – que operam sob a jurisdição chinesa são consideradas responsáveis por tudo o que aparece em suas ferramentas de busca, plataformas de *blogs* e serviços de redes sociais. Elas também são legalmente responsáveis por tudo o que seus usuários discutem ou organizam por meio de *chats* e de serviços de mensagens. Dessa forma, o governo delega muitas tarefas de censura e de vigilância às empresas privadas, as quais enfrentam suspensão de licenças e fechamento obrigatório caso deixem de cumprir sua parte. Cada uma das grandes empresas de Internet na China possui um departamento especial cheio de funcionários cuja única tarefa é policiar os usuários e censurar os conteúdos.

Em 2008, realizei um estudo comparativo que examinou de que modo quinze diferentes serviços chineses de hospedagem de *blogs* censuravam os conteúdos criados por seus usuários. O teste revelou que cada empresa usava métodos e abordagens ligeiramente diferentes em suas censuras. O conteúdo específico censurado também variava de um serviço a outro. Em vários testes, quando tentei postar material politicamente sensível, tais como um artigo a respeito dos pais de estudantes mortos na Praça Tiananmen ou sobre um distúrbio recente em uma vila remota no oeste da China, o *software* interno do *site* bloqueou totalmente a publicação da postagem. Outras postagens puderam ser gravadas como rascunhos, mas ficavam “aguardando pelo moderador”, até que um funcionário da empresa pudesse tomar uma decisão a respeito de autorizar ou não a publicação. Outras postagens simplesmente desapareceram depois de algumas horas de sua publicação.

Levantando o Véu

Em junho de 2010, um relatório que fornecia aos usuários da Internet uma espiada por trás do véu de mistério em torno da cumplicidade corporativa na censura da Internet chinesa apareceu por umas poucas horas no popular *website* chinês Sina.com antes de, ironicamente, ser censurado. Ele citava Chen Tong, editor do serviço de *microblogs* do Sina, similar ao Twitter, que descreveu o sistema de censura de sua empresa com certo detalhamento: policiamento 24 horas, coordenação constante entre o departamento editorial e o “departamento de monitoramento”, reuniões diárias para discutir as últimas ordens do governo com as listas de novos tópicos e palavras sensíveis que deveriam ser monitorados ou apagados – dependendo do nível de sensibilidade – e, finalmente, sistemas por meio dos quais tanto editores, quanto usuários relatam conteúdos problemáticos e os levam à consideração dos censores da empresa¹⁴. Em abril de 2009, um funcionário da Baidu – a mais importante ferramenta de busca da China, que também funciona para serviços de conteúdos gerados pelos usuários – vazou um conjunto de documentos detalhados da empresa sobre o departamento de monitoramento interno e de censura que confirmavam a reputação amplamente estabelecida da companhia como uma líder não apenas em ferramenta de busca e em serviços *on-line*, mas também na censura, tanto de resultados da ferramenta de busca como de conteúdos gerados pelos usuários. Os documentos incluíam o guia da censura, listas de tópicos específicos e de palavras a serem censuradas, orientações sobre como buscar informações que deveriam ser apagadas, bloqueadas ou banidas, e outras informações internas de novembro de 2008 a março de 2009¹⁵.

Em seus esforços para lidar com o que os chineses podem aprender, discutir e organizar *on-line*, o governo utiliza também uma série de outras táticas. Elas incluem:

Ataques cibernéticos: Os ataques cibernéticos sofisticados, de padrão militar lançados contra o Google em finais de 2009

foram dirigidos especificamente às contas do Gmail de ativistas de direitos humanos que eram da China ou que trabalhavam em questões relacionadas a ela. *Websites* gerenciados por exilados chineses, dissidentes e defensores dos direitos humanos (a maior parte dos quais sem treinamento ou recursos para se proteger) foram as vítimas dos ataques cibernéticos crescentemente agressivos dos últimos anos – em alguns casos, comprometendo as redes de computadores e as contas de *e-mails* dos ativistas. Jornalistas nacionais e estrangeiros que abordaram questões politicamente sensíveis e acadêmicos cujas pesquisas incluíam problemas de direitos humanos viram-se sob agressivo ataque na China, com pressões para que expusessem suas fontes, tornando muito mais arriscado trabalhar em tópicos politicamente sensíveis.

Dispositivos e controles de rede: Em maio de 2009, o Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação (MITI) determinou que, a partir de 1º de julho daquele ano, um *software* específico chamado Acompanhante da Juventude Barreira Verde (em inglês, *Green Dam Youth Escort*) seria instalado em todos os computadores vendidos na China. Embora o Barreira Verde se preocupasse ostensivamente em proteger as crianças contra conteúdos inadequados, os pesquisadores de fora e de dentro da China descobriram rapidamente que ele não apenas censurava conteúdos políticos e religiosos, mas também registrava as atividades dos usuários e as enviava a um servidor central da companhia que desenvolvera o programa. O *software* tinha outros problemas que desencadearam oposição a ele entre as empresas norte-americanas. Ele continha sérias falhas de programação que aumentavam a vulnerabilidade dos usuários a ataques cibernéticos. Ele também violava direitos de propriedade intelectual de uma empresa norte-americana de produtos de filtragem. Em face da oposição uníssona da indústria de computadores dos Estados Unidos e dos fortes protestos do governo norte-americano, o MITI voltou atrás

na véspera da data limite da instalação do Barreira Verde, tornando-a voluntária, ao invés de mandatária.

A derrota do Barreira Verde, no entanto, não diminuiu outros esforços para controlar e acompanhar o comportamento dos usuários da Internet em níveis mais localizados – escolas, universidades, conjuntos de apartamentos e provedores de serviços de Internet (em inglês, *Internet Service Providers* – ISPs) por toda a cidade. Em setembro de 2009, circularam novos relatos de que os governos locais estavam obrigando o uso de produtos de censura e vigilância com nomes tais como “Escudo Azul” e “Huadun”. O propósito desses produtos parecia similar ao do Barreira Verde, embora eles não envolvessem nem o usuário final, nem empresas estrangeiras¹⁶. Diferentemente do Barreira Verde, a implementação de tais sistemas recebeu pouca atenção da imprensa estrangeira, de governos ou de grupos de direitos humanos.

Controles de denominação de domínios: Em dezembro de 2009, o Centro de Informação de Rede de Internet da China (CIRIC), ligado ao governo, anunciou que não mais permitiria que indivíduos registrassem domínios na China com nomes que terminassem em “.cn”. Somente seria permitido a empresas ou organizações usar o domínio .cn. Enquanto as autoridades justificaram tal medida como uma estratégia para eliminar a pornografia, a fraude e os *spams*, um grupo de *web-masters* chineses protestou que isso também violava direitos individuais. As autoridades anunciaram que mais de 130.000 *websites* haviam sido fechados durante a limpeza. Em janeiro de 2010, um jornal chinês publicou que indivíduos autônomos e *freelancers* que administravam negócios *on-line* haviam sido seriamente afetados pela medida¹⁷. Em fevereiro, a CIRIC recuou de certa forma ao anunciar que indivíduos poderiam novamente registrar domínios .cn, mas que todos os candidatos deveriam comparecer pessoalmente para confirmar seu registro, mostrar uma identidade oficial e entregar uma foto própria

junto com o pedido. Isso eliminava a possibilidade de registro anônimo de um domínio .cn e tornava mais fácil para as autoridades ameaçar ou intimidar operadores de *websites* quando aparecesse conteúdo “questionável”.

Desconexão e restrição localizadas: Em tempos de crise, quando o governo deseja assegurar que as pessoas não possam usar a Internet ou os telefones celulares para organizar protestos, as conexões são cortadas ou fortemente restringidas em locais específicos. O caso mais extremo ocorreu na província de Xinjiang, no extremo noroeste, uma região tradicionalmente muçulmana que faz fronteira com o Paquistão, o Kazaquistão e o Afeganistão. Após distúrbios étnicos que ocorreram em julho de 2009, a Internet foi suspensa em toda a província durante seis meses, juntamente com as mensagens de texto enviadas por celulares e o serviço de telefonia internacional. Ninguém em Xinjiang podia enviar *e-mail* ou acessar qualquer *website* – nacional ou estrangeiro. As pessoas que tinham negócios precisavam viajar até a província fronteira de Gansu para se comunicar com seus clientes. O acesso à Internet e ao serviço telefônico foi restaurado desde então, mas com sérias limitações no número de mensagens de texto que as pessoas podem enviar por dia a partir de seus telefones celulares, nenhum acesso a *websites* no exterior e um acesso muito limitado até mesmo a *websites* nacionais chineses. Os usuários da Internet residentes em Xinjiang somente podem acessar versões agudadas das notícias oficiais chinesas e de *sites* de informações, tendo sido desativadas muitas de suas funções, como a edição de *blogs* ou os comentários¹⁸.

Vigilância: A vigilância da Internet e dos usuários de telefones celulares é feita de diversos modos, o que contribui para uma atmosfera de autocensura. A vigilância permite às autoridades advertir e assediar usuários da Internet, seja por meio de comunicação eletrônica ou em pessoa, quando acusados de terem transgredido certos padrões. Detenção, apreensão ou

prisão de determinados indivíduos servem como um aviso efetivo para outros de que eles estão sendo vigiados. As técnicas de vigilância incluem:

Monitoramento “clássico”: Enquanto as medidas de vigilância são justificadas diante do público como medidas antiterrorismo, elas são amplamente usadas para identificar e acosar ou prender críticos pacíficos do regime. Os cybercafês – a opção mais barata e popular para estudantes e para os que possuem poucos recursos – são obrigados a monitorar seus usuários de múltiplas formas, incluindo registro de identidade ao entrar ao café ou ao fazer o login, câmeras de vigilância, e monitoramento dos programas instalados nos computadores.

“Cumprimento da lei”: Na China, onde o “crime” é definido de modo amplo para que os dissidentes políticos possam ser considerados criminosos, as empresas que operam no interior do país e os dados de usuários arquivados localmente podem facilmente se tornar cúmplices na vigilância e prisão de dissidentes políticos. O exemplo mais notório da incorreta aplicação e cumprimento da lei ocorreu quando os contratados locais do Yahoo de Pequim forneceram à polícia chinesa informações sobre a conta do ativista Wang Xiaoning, em 2002, e do jornalista Shi Tao, em 2004, o que levou ambos à prisão. Em 2006, o Skype se tornou parceiro de uma empresa chinesa para fornecer uma versão local de seu serviço de chamada telefônica via Internet, e, então, se viu usado pelas autoridades chinesas para localizar e registrar sessões de *chat* politicamente sensíveis de usuários dentro da China. O Skype delegou o cumprimento da lei a seu parceiro local sem prestar suficiente atenção ao modo pelo qual o cumprimento estava sendo efetivado¹⁹.

“Astroturfing” e alcance do público: Cada vez mais, o governo combina medidas de censura e de vigilância com esforços proativos de direcionar as conversas *on-line*. Em 2008, o

pesquisador David Bandurski, residente em Hong Kong, descobriu que ao menos 280.000 pessoas tinham sido contratadas em vários níveis do governo para trabalhar como “comentaristas *on-line*”. Conhecidas zombeteiramente na esfera dos *blogs* chineses como “partido de cinquenta centavos”, essas pessoas são pagas para escrever *posts* que mostrem seus empregadores de maneira favorável em salas de bate papo *on-line*, serviços de redes sociais, *blogs* e em seções de comentários de *sites* de notícias²⁰. Muitas outras pessoas – recrutadas nas listas de funcionários aposentados, assim como estudantes de colégio da Liga da Juventude Comunista que aspiram a se tornar membros do Partido – fazem trabalho similar como voluntárias. Essa abordagem é semelhante à tática conhecida na linguagem norte-americana como “astroturfing”, e, atualmente, usada em larga escala pelo mundo afora por empresas de publicidade comercial, empresas de relações públicas e campanhas eleitorais a fim de simular o entusiasmo de movimentos populares locais por um produto ou por um candidato. Em muitas províncias chinesas, é prática comum entre oficiais do governo – particularmente entre os de nível municipal e regional – cooptar e influenciar escritores independentes *on-line*, convidando-os a conferências especiais e a eventos de imprensa.

O governo central também adotou a estratégia de usar portais oficiais interativos e *blogs*, que são utilizados como evidências, tanto interna como externamente, de que a China está se tornando mais liberal. Em setembro de 2010, o PCC lançou um boletim *on-line* chamado “Direto a Zhongnan-hai”, por meio do qual o público era convidado a enviar mensagens aos principais líderes chineses. Desde 2008, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao mantêm “conversas pela *web*” com “net-cidadãos” chineses. Em 2009, foi lançado um *site* oficial, “e-Parlamento”, no qual cidadãos são convidados a publicar sugestões de políticas para o Congresso Nacional do Povo. Um documento oficial de 2010 do governo lista vários modos pelos quais o governo chinês solicita comentários ou retornos do público por meio da Internet. Ele afirma: “De acordo

com uma pesquisa por amostragem, mais de 60% dos net-cidadãos possuem uma opinião positiva sobre o fato de o governo oferecer uma ampla margem ao papel da Internet na supervisão, e consideram essa uma manifestação da democracia socialista e do progresso da China”²¹.

Tudo isso vem ocorrendo no contexto de amplas políticas do governo chinês dirigidas à informação e ao controle de notícias. Em dezembro de 2009, o Comitê de Proteção aos Jornalistas apontou a China como o pior país do mundo no aprisionamento de jornalistas. Em um recente testemunho diante do Congresso dos Estados Unidos, Joshua Rosenzweig, da Fundação Dui Hua, apresentou uma série de estatísticas para dar apoio a uma triste conclusão:

Particularmente nos últimos dois anos e meio, mais ou menos desde o início de 2008, há um sentimento palpável de que o progresso anterior em direção ao império da lei na China foi paralisado, ou até mesmo de que sofreu uma inversão, e existem evidências crescentes de que uma repressão está a caminho, visando particularmente os membros de minorias étnicas, críticos do governo e defensores dos direitos.²²

Portanto, o discurso público *on-line*, de fato, está em expansão – com o alento do governo. O governo está criando e promovendo a impressão, tanto interna como externamente, de que a China está se movendo em direção a uma democracia mais ampla. Ao mesmo tempo, a capacidade do povo chinês de se engajar em sérias dissidências políticas ou de organizar movimentos políticos que possam ameaçar a legitimidade do PCC tem diminuído, e as consequências de se tentar tais atividades são mais lúgubres do que foram dez anos atrás.

O Autoritarismo em Rede além da China

Em seu livro mais recente – um levantamento sobre a censura e o controle da Internet em todo o mundo –, Ron Deibert e Rafal Rohozinski alertam que “o centro de gravidade das práticas que pre-

tendem gerenciar o espaço cibernético mudou sutilmente de políticas e práticas que pretendiam negar o acesso ao conteúdo para métodos que buscam normalizar o controle e o exercício do poder no espaço cibernético a partir de uma variedade de meios”. O presente artigo descreve uma série de meios pelos quais a China está perto de ser a vanguarda dessa tendência. Deibert e Rohozinski dividem as técnicas usadas pelos governos para a censura e o controle da Internet em três “gerações”. A “primeira geração” de técnicas foca-se no “estilo chinês” de filtragem e vigilância dos cybercafés. As técnicas de “segunda geração” incluem a construção de um ambiente legal para legitimar o controle da informação, as exigências informais das autoridades para que as empresas removam informação, fechamento técnico de *sites* e ataques a redes de computadores. A “terceira geração” de técnicas inclui a vigilância sem mandado, a criação de “zonas cibernéticas nacionais”, campanhas de informação financiadas pelo Estado e ação física direta para silenciar indivíduos ou grupos²³.

Enquanto Deibert e Rohozinski caracterizam os controles cibernéticos chineses como sendo amplamente da primeira geração, o governo chinês tem usado agressivamente todas as técnicas de segunda e de terceira gerações e vem fazendo isso há algum tempo. De fato, as técnicas de segunda e de terceira gerações são essenciais, dado que o Grande Firewall sozinho é ineficiente e permeável.

Deibert e Rohozinski apontam que vários governos, particularmente os da Rússia e de diversas antigas repúblicas soviéticas, ultrapassaram quase completamente a primeira geração de controles e estão, em vez disso, concentrando suas energias na segunda e na terceira gerações de controles, a maior parte das quais (com a chocante exceção da “ação física direta para calar indivíduos ou grupos”) é mais sutil, mais difícil de detectar e mais compatível com as instituições democráticas ou pseudodemocráticas. A linguagem russa da Internet, conhecida por seus cidadãos como “RUNET”, é, portanto, uma vanguarda das técnicas que visam controle *on-line* do discurso com pouca ou nenhuma filtragem direta²⁴.

Pesquisas no Oriente Médio e no norte da África revelam que, mesmo sendo a filtragem da Internet a técnica mais comum e penetrante naquela região, os governos vêm ampliando o uso das técnicas de segunda e de terceira gerações. Muitos governos na região esmagaram os dissidentes *on-line* por meio do uso engenhoso de medidas de segurança da família e de leis antiterrorismo. Ao mesmo tempo, eles têm feito investimentos substanciais na Internet e na infraestrutura de telecomunicações, reconhecendo que a conectividade é essencial para o sucesso econômico²⁵.

Alguns controles de segunda e de terceira gerações são também usados por governos democraticamente eleitos, incluindo os da Coreia do Sul e da Índia²⁶. A censura intermediária é implantada em uma série de sistemas políticos a fim de silenciar o discurso contra o regime, combater o crime ou proteger a infância. Responsabilizar o servidor de provedores vem se tornando cada vez mais popular entre os legisladores de todo o mundo, incluindo a Europa ocidental – onde os principais objetivos são combater o roubo de propriedade intelectual e proteger as crianças. Nos Estados Unidos, ativistas estão preocupados com o enfraquecimento do processo legal, que tem permitido o acesso do governo a redes que pertencem a empresas e são administradas por elas, tudo em nome do combate ao crime cibernético e da guerra cibernética. Mesmo o governo chinês tem adotado uma linguagem de segurança cibernética muito semelhante para justificar suas estruturas e procedimentos de controle da Internet. Deibert e Rohozinski estão certos em alertar que “muitos dos mecanismos legais que legitimam o controle do espaço cibernético e sua militarização são liderados pelos países democráticos avançados da Europa e da América do Norte”²⁷.

O autoritarismo chinês adaptou-se à era da Internet não apenas por meio da implantação de filtragem da Internet, mas também por meio do uso hábil da segunda e da terceira gerações de controles. A marca registrada chinesa do autoritarismo em rede

serve como modelo para outros regimes, tais como o do Irã, que procuram manter o poder e a legitimidade na era da Internet. Na Rússia e em outros lugares, existe uma tendência adicional perturbadora: governos fortes em democracias frágeis ou recentes estão usando os controles de segunda e de terceira gerações da Internet de forma a contribuir para erodir a democracia e deslizar de volta ao autoritarismo. Essa situação é possibilitada pelo frágil império da lei, pela falta de um judiciário independente, fracas garantias de liberdade de expressão e de outras proteções aos direitos humanos, forte ou pouco transparente regulamentação da indústria (particularmente a do setor de telecomunicações), e uma débil oposição política, que se torna ainda mais enfraquecida pela manipulação inteligente da mídia, do sistema legal e do sistema regulatório do comércio.

Está claro que simplesmente ajudar ativistas a contornar a primeira geração de censores e treiná-los no uso de novas tecnologias de ativismo digital sem também visar controles de segunda e de terceira gerações implantados por seus governos é insuficiente, e, às vezes, contraproducente e potencialmente perigoso para os indivíduos envolvidos. O frágil império da lei e a falta de *accountability* e de transparência na regulamentação de provedores de Internet e de redes de telecomunicações operadas por empresas privadas facilitam o uso dos controles de segunda e de terceira gerações, os quais representam uma grande ameaça para os ativistas. Portanto, o forte trabalho de apoio nos níveis político e legislativo, visando aperfeiçoar o império da lei, a transparência e a *accountability* – tanto no governo como no setor privado –, é mais importante do que nunca.

O ambiente de negócios e de regulamentação das telecomunicações e dos serviços de Internet deve se tornar um novo e importante foco do ativismo e da política dos direitos humanos. O discurso político livre e democrático requer que a regulação e as políticas de Internet sejam transparentes, confiáveis e abertas à reforma, tanto por cortes independentes como pelo sistema político. Sem tais condições

básicas, os movimentos de oposição, de dissidência e de reforma enfrentarão batalhas cada vez mais difíceis contra formas progressivamente inovadoras de censura e de vigilância.

NOTAS

1. Hillary Rodham Clinton. “Remarks on Internet Freedom”, Washington, D.C., 21 de janeiro de 2010. Disponível em: www.state.gov/secretary/rm/2010/01/135519.htm.

2. “Chinese State Security Arrests, Indictments Doubled in 2008”, *Dui Hua Human Rights Journal*, 25 de março de 2009. Disponível em: www.duihua.org/hrjournal/2009/03/chinese-state-security-arrests.html.

3. Larry Diamond. “Liberation Technology”, *Journal of Democracy* 21 (July 2010): 82.

4. Lokman Tsui. “The Great Firewall as Iron Curtain 2.0: The Implications of China’s Internet Most Dominant Metaphor for U.S. Foreign Policy”, trabalho apresentado no Sixth Annual Chinese Internet Research Conference, Hong Kong University, 13–14 de junho de 2008. Disponível em: http://jmsc.hku.hk/blogs/circ/files/2008/06/tsui_lokman.pdf.

5. Guobin Yang. *The Power of the Internet in China: Citizen Activism Online* (New York: Columbia University Press, 2009), 213.

6. Jack Linchuan Qiu. *Working-Class Network Society: Communication Technology and the Information Have-Less in Urban China* (Cambridge: MIT Press, 2009), 243.

7. Yongnian Zheng. *Technological Empowerment: The Internet, State, and Society in China* (Stanford: Stanford University Press, 2008), 164–65.

8. Nicholas D. Kristof. “Death by a Thousand Blogs”, *New York Times*, 24 de maio de 2005. Disponível em: www.nytimes.com/2005/05/24/opinion/24kristoff.html.

9. Baogang He e Mark Warren. “Authoritarian Deliberation: The Deliberative Turn in Chinese Political Development”, Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston, 28–31 de agosto de 2008; a ser publicado em *Perspectives on Politics*, junho de 2011.

10. Min Jiang. “Authoritarian Deliberation on Chinese Internet”, *Electronic Journal of Communication* 20 (2010). Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1439354.

11. Rebecca MacKinnon. “Chinese Internet Research Conference: Getting Beyond ‘Iron Curtain 2.0’”, *RConversation*, 18 de junho de 2008. Disponível em: <http://rconversation.blogs.com/rconversation/2008/06/chinese-inter-1.html>.

12. “The Internet in China”, Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (SCIO), 8 de junho de 2010. Disponível em: http://china.org.cn/government/whitepaper/node_7093508.htm.

13. Robert McManus. “Chinese Premier Talks Up Internet of Things”, *ReadWriteWeb*, 19 de janeiro de 2010. Disponível em: www.readwriteweb.com/archives/chinese_premier_inter-net_of_things.php

14. Jonathan Ansfield. “China Tests New Controls on Twitter-Style Services”, *New York Times*, 16 de julho de 2010. Disponível em: www.nytimes.com/2010/07/17/world/asia/17beijing.html. O texto completo do relatório em chinês (excluído pelos censores da fonte original) foi reproduzido pela Radio France Internationale em www.chinese.rfi.fr.

15. Xiao Qiang. “Baidu’s Internal Monitoring and Censorship Document Leaked”, *China Digital Times*, 30 de abril de 2009. Disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2009/04/baidus-internal-monitoring-and-censorship-document-leaked/>.

16. Owen Fletcher. “China Clamps Down on Internet Ahead of 60th Anniversary”, IDG News Service, 25 de setembro de 2009. Disponível em: www.pcworld.com/article/172627/china_clamps_down_on_internet_ahead_of_60th_anniversary.html; e Oiwan Lam. “China: Blue Dam Activated”, *Global Voices Advocacy*, 13 de setembro de 2009. Disponível em: <http://advocacy.globalvoicesonline.org/2009/09/13/china-blue-dam-activated>

17. Oiwan Lam. “China: More than 100 Thousand Websites Shut Down”, *Global Voices Advocacy*, 3 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://advocacy.globalvoicesonline.org/2010/02/03/china-more-than-100-thousand-websites-shutdown>

18. Josh Karamay, “Blogger Describes Xinjiang as an ‘Internet Prison’”, BBC News, 3 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8492224.stm>.

19. Nart Villeneuve. “Breaching Trust: An Analysis of Surveillance and Security Practices on China’s TOM-Skype Platform”, Open Net Initiative and Information Warfare Monitor, October 2008. Disponível em: www.nartv.org/mirror/breachingtrust.pdf.

20. David Bandurski. “China’s Guerilla War for the Web”, *Far Eastern Economic Review*, July 2008.

21. SCIO. “The Internet in China”.

22. Joshua Rosenzweig. “Political Prisoners in China: Trends and Implications for U.S. Policy”, Depoimento à Comissão Executivo-Legislativa sobre China, 3 de agosto de 2010. Disponível em: www.cecc.gov/pages/hearings/2010/20100803/statement5.php.

23. Ronald Deibert e Rafal Rohozinski. “Control and Subversion in Russian Cyber- space”, In: Ronald Deibert et al. (eds.), *Access Controlled: The Shaping of Power, Rights, and Rule in Cyberspace* (Cambridge: MIT Press, 2010), 23.

24. Deibert e Rohozinski. “Control and Subversion in Russian Cyberspace”, In: *Access Controlled*, 15–34.

25. “MENA Overview”, *Access Controlled*, 523–35.

26. Michael Fitzpatrick, “South Korea Wants to Gag the Noisy Internet Rabble”, *Guardian.co.uk*, 9 October 2008. Disponível em: www.guardian.co.uk/technology/2008/oct/09/news.internet; e John Ribeiro, “India’s New IT Law Increases Surveillance Powers”, IDG News Service, 27 de outubro de 2009. Disponível em: www.networkworld.com/news/2009/102709-indias-new-it-law-increases.html.

27. Deibert e Rohozinski, “Beyond Denial: Introducing Next-Generation Information Access Controls”, 6.

Dossiê China

A BATALHA PELA INTERNET NA CHINA*

Xiao Qiang

Xiao Qiang é professor adjunto no programa de pós-graduação em jornalismo da Universidade da Califórnia – Berkeley, pesquisador principal do CounterPower Lab, fundador e editor-chefe do China Digital Times.

Acadêmicos, jornalistas e outros comentaristas têm explorado intensamente a censura na República Popular da China (RPC), mas ainda resta muito a ser entendido. Em particular, precisamos entender melhor a “cyber-política” do discurso *on-line* em expansão e a capacidade da Internet de fazer avançar a liberdade de expressão, a participação política e a mudança social. Também precisamos saber mais a respeito das implicações (e dos limites) dos esforços do Estado para controlar o que as pessoas podem ver, dizer e fazer *on-line*. Esses temas são cruciais para nossa compreensão da China e da sociedade chinesa e do papel da Internet sob um regime autoritário e unipartidário.

Foi em 2007 – batizado por um comentarista como “Ano Um dos Eventos Públicos (*Gonggong Shijian Yuannian*)”¹ – que a Internet ajudou pela primeira vez a impulsionar certos acontecimentos na mídia oficial, apesar da resistência dos censores. Ao fazer isso, a atividade da Internet estabeleceu, de fato, a agenda do discurso público. Naquele ano, relatos a respeito de protestos contra a usina química

*Publicado originalmente como “Liberation Technology – The Battle for the Chinese Internet”, *Journal of Democracy*, Volume 22, Número 2, Abril de 2011 © 2011 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

de Xiamen, o trabalho escravo em olarias e o abuso dos direitos de propriedade individual espalharam-se rapidamente *on-line*, gerando tanto interesse e debates públicos que os censores e a mídia oficial não tiveram muita opção a não ser cobri-los também.

Uma olhada sobre o crescimento explosivo do acesso à Internet e seu uso na China, as ferramentas e métodos usados pelas autoridades para controlar o conteúdo e o fluxo de informação, e a dinâmica que surgiu entre os usuários chineses da Internet – ou “net-cidadãos” – e os censores mostram que a expansão da Internet e das mídias com base na *Web* está mudando as regras do jogo entre o Estado e a sociedade. Cada vez mais, as autoridades levam em conta e respondem à opinião pública conforme ela própria se expressa *on-line*. Certamente, essa tendência continuará, com a formação *on-line* da opinião pública desempenhando um importante papel no desenvolvimento futuro da sociedade chinesa.

Em março de 2007, o *blogueiro* Lian Yue começou a postar uma série de artigos alertando as pessoas de sua cidade natal, Xiamen, na província de Fujian, sobre o impacto ambiental potencialmente desastroso da fábrica química de paraxileno (PX) que se propunha instalar na cidade. Ele conclamou seus conterrâneos a fazer demonstrações contra a fábrica. Embora as autoridades da província e da cidade tenham apagado energeticamente as mensagens contrárias à fábrica de PX dos servidores de suas jurisdições, os *posts* ofensivos do *blog* de Lian Yue permaneceram, pois seu servidor se encontrava em outra província. O discurso a respeito da usina de PX logo se espalhou pela cidade através de *e-mails*, de mensagens instantâneas (MIs) e de mensagens de texto de telefones celulares. Poucos meses mais tarde, desafiando os avisos das autoridades locais, vários milhares de pessoas se reuniram em frente à prefeitura da cidade para protestar. Os participantes relataram o evento ao vivo, enviando fotos de celulares e textos diretamente para seus *blogs*. Seis meses depois, após duas audiências públicas sobre o assunto, as autoridades municipais decidiram realocar o lucrativo projeto. A agência de notícias oficial Xinhua elogiou a reviravolta

como indicativa de “uma mudança no peso dado aos pontos de vista dos chineses comuns nos últimos anos”².

A história de Xiamen marca o surgimento de uma força notável na vida social e política da China contemporânea: a opinião popular (transmitida *on-line*) que, juntamente com elementos liberais da mídia tradicional, estabelece a agenda pública. De acordo com o livro azul de janeiro de 2008 sobre desenvolvimento social – produzido pela Academia Chinesa de Ciências Sociais –, mais de cinquenta milhões de chineses leem *blogs* regularmente, o que faz deles “um canal importante para que o povo divulgue suas opiniões relativas a eventos importantes”.

O Centro de Informação de Rede de Internet da China (CIRIC), controlado pelo governo, descobriu que, no final de 2009, o número de usuários da Internet no país tinha explodido para 384 milhões, tendo 53 milhões de novos usuários adentrado o universo *on-line* apenas na última metade daquele ano³. As estatísticas de 2010 do CIRIC mostram que há um número desproporcional de usuários jovens – mais de 60% têm menos de 25 anos e cerca de 70% têm menos de 30 – e relativamente bem educados, tendo mais de 40% deles diplomas de pós-graduação⁴.

O aumento do número de *blogs*, de mensagens instantâneas, de serviços de redes sociais – tais como o QQ – e de ferramentas RSS de agregação – como o Baidu.com e o Zhuaxia.com – têm fornecido aos net-cidadãos uma capacidade de comunicação sem precedentes. Os sistemas de Internet conhecidos como *bulletin-board systems* (BBSs) – a forma primária pela qual os net-cidadãos chineses acessam e transmitem informação *on-line* para um grande número de pessoas — cumprem um papel vital na vida chinesa *on-line*. Em inícios de 2009, a China tinha mais de 13 milhões de usuários de BBS, com dois milhões de *posts* publicados diariamente⁵. O Clube Tianya (www.tianya.cn), baseado na província de Hainan, possui um total de 33,4 milhões de contas registradas, e entre 100.000

e 500.000 usuários *on-line* a qualquer hora. Essa comunidade *on-line* possui 200.000 usuários diariamente, centenas de milhares de novas postagens e milhões de comentários por dia. Outro fórum *on-line*, popular entre os estudantes universitários – o Mop.com –, é, acredita-se, ainda maior, com mais de cinquenta milhões de visitantes ao dia. Os usuários discutem os eventos atuais por meio de comentários postados nos murais dos principais fóruns, assim como em comunidades virtuais menores. Mesmo quando o tema é politicamente tabu ou sensível, os participantes podem expressar pontos de vista pessoais – e em linguagem muito mais enfática do que seria permitida na mídia oficial – fazendo-se valer do anonimato ou de eufemismos em código.

Da mesma forma, a *blogosfera* tem se expandido. Como os BBSs, os *blogs* têm um custo de acesso muito baixo – qualquer um que tenha acesso à Internet pode iniciar um *blog* em um provedor. De acordo com o CIRIC, o número de chineses que possui *blogs* atingiu os 221 milhões em fins de 2009. Desses, o número de *blogueiros* ativos subiu a 145 milhões, um aumento de 37,9% em relação ao de seis meses antes⁶.

Embora muitos *posts* sejam de natureza pessoal, mais e mais *blogueiros* estão escrevendo a respeito de assuntos públicos e vêm se tornando lideranças locais de opinião. Os *blogs* permitem, em geral, que os leitores façam comentários e – devido ao fato de, com frequência, conterem *links* para outros *blogs* e *sites* – eles atuam como unidades em uma comunidade dinâmica. Juntos, eles formam um todo interconectado – a *blogosfera*. Enquanto os populares BBSs se tornam com frequência fóruns onde se cristaliza a opinião pública relativa a diversos tópicos, a redundância de *clusters* e *links* na *blogosfera* forma um ambiente de rede de informação que torna quase impossível o controle absoluto de cima para baixo.

Assim como os BBSs e os *blogs*, as salas de bate papo e os serviços de MIs – tais como o QQ e o MSN – são também canais popula-

res de comunicação. Em 5 de março de 2010, a Tencent (proprietária do QQ) anunciou que o número de usuários simultâneos *on-line* do QQ tinha chegado a 100 milhões⁷. Esses serviços de MIs desempenham um papel crucial na conexão dos usuários da Internet, facilitando a difusão da informação e coordenando ações por meio de redes sociais. Finalmente, os novos *sites* de fotos e vídeos – tais como o Youku e o Tudou – são os aplicativos *on-line* de mais rápido crescimento. A riqueza das imagens, vídeos e sons *on-line* criou um espaço poderoso de mídia, onde milhões de usuários podem gerar, distribuir e consumir conteúdos.

Antes da Internet, as oportunidades de autoexpressão pública irrestrita e de acesso à informação não censurada eram extremamente limitadas. As novas liberdades *on-line* têm se desenvolvido a despeito dos duros esforços de controle e contenção por parte do governo. Três caracteres chineses podem descrever melhor a dinâmica entre autoridades e net-cidadãos no ciberespaço chinês: *feng* (“bloqueador” ou censor), *shai* (“lugar sob o sol” ou revelar) e *huo* (“incendiar” ou difundir rapidamente).

Censura *On-line*

Desde a fundação da RPC em 1949, o controle da informação tem sido um componente essencial da estratégia de governo do Partido Comunista Chinês (PCC). O PCC detém o monopólio do poder político e tem exercido firme controle sobre todas as mídias de comunicação em massa, desde jornais e revistas a canais de televisão e estações de rádio, fazendo delas porta-vozes da linha do partido. Como escreveu certa vez Lu Yuegang, jornalista de mentalidade reformista, o PCC “depende de duas armas: pistolas e canetas... A lógica por trás dessa filosofia não é apenas controlar a caneta, mas ter esse controle apoiado pelas armas”⁸.

Desde a entrada da Internet na China em 1987, o governo tem empregado uma estratégia multifacetada para controlar e moni-

torar (*feng*) os conteúdos e atividades *on-line*. As autoridades de diferentes níveis usam uma complexa rede de regulamentos, vigilância, prisão, propaganda e o bloqueio de centenas de milhares de *sites* internacionais no portal de nível nacional (o “Grande Firewall da China”).

Várias repartições administram o conteúdo da Internet – sendo as mais notáveis o Departamento Central de Propaganda (DCP) do PCC, responsável por assegurar que a mídia e seu conteúdo cultural se conformem à linha do partido, e o Conselho Departamental de Informação do Estado (CDIE), que supervisiona todos os *sites* que transmitem notícias, tanto oficiais como independentes. Seções do DCP e do CDIE em níveis municipal, provincial e distrital são responsáveis por supervisionar todas as mídias publicadas ou hospedadas no interior de suas distintas jurisdições. Frequentemente, os funcionários do DCP estabelecem diretrizes de censura a seus homólogos locais – que têm alguma margem de liberdade para implementá-las – e funcionários locais algumas vezes estabelecem suas próprias diretrizes e multas, e ameaçam ou chegam até mesmo a fechar meios de comunicação que divulgam informações que as autoridades preferem manter longe do alcance do público⁹.

Os funcionários oficiais utilizam inúmeras táticas – como, por exemplo, filtragem por palavras-chave – para controlar o conteúdo *on-line*. O Projeto *Berkeley China Internet* obteve uma lista de mais de mil palavras que são automaticamente banidas dos fóruns *on-line* na China, incluindo “ditadura”, “verdade” e “polícia de choque”. Normalmente, os censores não deixam claro qual conteúdo eles pretendem banir. A principal estratégia do governo para moldar o conteúdo é tornar os provedores de serviços de Internet (em inglês, *Internet Service Providers* – ISPs) e os provedores de acesso os responsáveis pela conduta de seus clientes; dessa maneira, os empresários não têm escolha a não ser censurar ativamente o conteúdo de seus *sites*. As regulamentações impostas pela Administração Provincial das Comunicações de Guangdong, por exemplo, estabelecem que:

O operador do sistema será responsável pelo conteúdo de sua área, utilizando meios técnicos e avaliações humanas para filtrar, selecionar e monitorar. Se houver qualquer conteúdo em uma área de BBS que seja contra os regulamentos, o departamento de supervisão relacionado responsabilizará o BBS, assim como o operador individual.¹⁰

Proprietários de empresas devem usar uma combinação entre seu próprio julgamento e as instruções diretas dos funcionários de propaganda a fim de determinar qual conteúdo banir. Em uma entrevista anônima a este autor, um gerente sênior de um dos maiores portais de Internet da China reconheceu que recebe, pelo menos três vezes ao dia, instruções tanto do CDIE como de outros funcionários provinciais de propaganda.

Além disso, tanto o governo como inúmeros *websites* contratam pessoas para ler e censurar manualmente os conteúdos. Dezenas de milhares de *sites* estabelecidos fora da China são bloqueados pelos nove portais nacionais que conectam a Internet chinesa à rede mundial¹¹. Os *sites* hospedados no interior da China podem ser fechados ou ameaçados se violarem regras sobre os conteúdos aceitos, e usuários individuais da Internet que difundem informações que as autoridades consideram prejudiciais têm sido ameaçados, intimidados ou presos, comumente devido a acusações relacionadas à segurança nacional, tal como a de “subversão”. Em discurso ao politburo do PCC em janeiro de 2007, o Presidente Hu Jintao exigiu melhores tecnologias, controles de conteúdo e segurança na rede para o monitoramento da Internet, dizendo: “Conseguirmos lidar com a Internet é um tema que afeta o desenvolvimento da cultura socialista, a segurança das informações e a estabilidade do Estado”¹².

É claro que o governo já estava se mostrando criativo em seu policiamento sobre a Internet. Desde 2007, por exemplo, dois personagens de quadrinhos, Jingjing e Chacha (de *jingcha*, palavra chinesa que significa polícia), surgem nos monitores dos usuários da Internet para prover *links* para o setor de Polícia da Internet do *site* de Segurança Pública, onde os leitores podem denunciar informação ilegal

on-line. Um funcionário da polícia de Shenzhen explicou: “Quando publicamos a imagem da Polícia da Internet na forma de um personagem de quadrinhos, mostramos a todos os usuários da Internet que ela não é um lugar acima da lei... A principal função de Jingjing e Chacha é a de intimidar, e não a de responder perguntas”¹³.

Durante o ano de 2008, o controle da Internet foi crescentemente fortalecido a fim de se mostrar ao mundo uma imagem harmoniosa durante os Jogos Olímpicos de Pequim. Desde o início de 2009, o governo aumentou ainda mais seus esforços de controle. As iniciativas incluem uma campanha contra a “vulgaridade” (que abrange não somente a pornografia, mas também palavras chulas, gírias e imagens política e socialmente inaceitáveis) que se destinava a mecanismos de busca, serviços de hospedagem de redes e comunidades *on-line*¹⁴. De acordo com relatórios da mídia oficial chinesa, milhares de *sites* foram fechados em consequência disso.

Do mesmo modo, conforme se aproximava o vigésimo aniversário do massacre da Praça Tiananmen naquele ano, o governo fechou temporária e ostensivamente um enorme número de *sites* – incluindo o Facebook, o Twitter e a Wikipedia – para “manutenção técnica”. Na sequência, justamente por volta do aniversário do massacre, em 4 de junho, o Ministério da Tecnologia da Informação anunciou planos de exigir a pré-instalação, em todos os computadores feitos ou vendidos na China, do *software* de filtragem chamado Acompanhante da Juventude Barreira Verde (em inglês, *Green Dam Youth Escort*). Após um clamor público, no entanto, esses planos foram extintos. Em 5 de julho, em consequência de distúrbios interétnicos em Urumqi, Província de Xinjiang – origem da maior parte da população uyghur chinesa –, o governo novamente bloqueou o Twitter e outros *sites* de *microblogs*.

Mesmo com a presença constante dos censores, a natureza efêmera, anônima e em rede da comunicação via Internet limita o impacto daqueles. Além disso, vários fatores tornam o trabalho dos censores

particularmente desencorajador. Primeiro, a Internet é uma plataforma de comunicação de muitos para muitos, que possui barreiras muito fracas (e baixos riscos de uso) para a entrada de qualquer um que possua uma conexão com a Internet. Segundo, com a complicada topologia da rede – a *blogosfera* e a Internet como um todo com suas conexões redundantes, seus milhões de *clusters* superpostos, comunidades auto-organizadas e novos pontos de conexão que aumentam de forma explosiva –, os métodos tradicionais de controle de conteúdo, tais como o de pressionar um usuário a que exerça autocensura, tornam-se quase impossíveis.

O sistema de controle da Internet por parte do governo chinês visa censurar principalmente os conteúdos que abertamente desafiam ou atacam o PCC ou que contradizem a linha oficial em tópicos que são tabus, como o massacre da Praça Tiananmen ou o Tibete. No entanto, ainda mais importante é prevenir a distribuição generalizada de informações que possam levar à ação coletiva, tais como demonstrações de massas ou campanhas de abaixo-assinados.

A Resistência Digital

Os resultados dos esforços de censura por parte do governo são, no máximo, ambivalentes. Em inícios de 2009, uma criatura denominada *Grass Mud Horse* surgiu em um vídeo *on-line* e se tornou imediatamente uma sensação da Internet¹⁵. Em poucas semanas, o *Grass Mud Horse* – ou *cao ni ma*, o homófono de uma expressão profana chinesa – tornou-se o mascote de fato dos net-cidadãos chineses na luta pela liberdade de expressão. Ele inspirou poemas, vídeos e modelos de roupas. Como explicou um *blogueiro*, o *Grass Mud Horse* representava as informações e ideias que não podiam ser expressas no discurso dominante.

O *Grass Mud Horse* ajustava-se particularmente bem ao contestado espaço da Internet chinesa. A penetrante e intrusiva censura do governo mexeu com os sentimentos dos net-cidadãos chineses, desa-

tando novas formas de resistência social e demandas por maior liberdade de informação e expressão, transmitidas em geral por meio de linguagem codificada e de metáforas adotadas para evitar as formas mais óbvias de censura. Em consequência disso, a Internet se tornou um espaço quase público, onde o domínio do PCC foi exposto, ridicularizado e criticado, em geral, por meio de sátiras, piadas, canções, poemas e expressões em código.

Tal comunicação codificada, antes sussurrada em privado, não é nova na China. No entanto, agora, ela é comunicada publicamente, ao invés de ser murmurada às costas das autoridades. Por exemplo, uma vez que a censura é realizada sob o *slogan* oficial “construindo uma sociedade harmônica”, os net-cidadãos passaram a se referir ao conteúdo da censura na Internet como sendo “harmonizado”. Além disso, a palavra chinesa para “harmonizar” (*hexie*) é homônima da palavra que significa “caranguejo de rio”. Na linguagem popular, “caranguejo” também se refere a um valentão que exerce o poder por meio da violência. Desse modo, a imagem do caranguejo veio a se tornar um novo ícone satírico, com uma carga política, para os net-cidadãos que estão fartos da censura do governo e que se denominam Sociedade dos Caranguejos de Rio. Fotos de caranguejos maliciosos viajam pela *blogosfera* em um protesto silencioso sob os narizes virtuais da polícia cibernética. Mesmo na ferramenta chinesa mais fortemente autocensurada, o Baidu.com, uma busca com a frase “Sociedade dos Caranguejos de Rio” produzirá mais de 5,8 milhões de resultados.

Na China, a natureza nebulosa da Internet permite que informações de difícil acesso em quaisquer outros lugares sejam reveladas (*shai*). Qualquer um que esteja *on-line* será exposto a múltiplas fontes de informação e terá oportunidades sem precedentes de trocar ideias e opiniões sobre temas sociais, políticos e pessoais. Simultaneamente, a interação entre tecnologias de informação e de comunicação e a mídia tradicional cria uma dinâmica que desafia os limites do sistema de censura existente e, conseqüentemente, também a mídia oficial.

Os net-cidadãos têm realizado inúmeras das chamadas atividades *shai* em murais, *blogs* e serviços de compartilhamento de vídeo e de fotos: para “salários *shai*”, as pessoas publicam os seus próprios salários ou os de outros para comparação; para “férias *shai*,” os usuários compartilham fotos e vivências de férias; para “corrupção *shai*”, “chefes *shai*” e “ricos *shai*”, os net-cidadãos publicam *on-line* informações e opiniões a respeito da elite que, de outro modo, não seriam ditas.

Os processos *feng* e *shai* estão constantemente em desacordo um com o outro. Mesmo quando a informação é censurada em altas instâncias, ela, em geral, abre caminho por meio de brechas *on-line* para se difundir entre os net-cidadãos. Além disso, *sites* e mídias de notícias estrangeiros que fornecem serviços no idioma chinês – incluindo a BBC, a Rádio Ásia Livre e jornais estabelecidos em Hong Kong e em Taiwan – publicam, com frequência, informações que são censuradas na China, as quais são, então, redistribuídas no interior do país por um pequeno, mas ativo grupo de “agentes distribuidores de informações” tecnologicamente experientes, que sabem como contornar o Grande Firewall e fazer circular as notícias por meio de BBSs, *e-mails* massivos e outros canais *on-line*. Assim, publicações excluídas, tais como atualizações de boletins informativos de dissidentes e a Voz da América, podem atingir os leitores chineses apesar do uso de tecnologia avançada de filtros por parte do governo.

O último caractere, *huo* (“fogo” ou cascata de informações), descreve o fenômeno dos relatórios de notícias, comentários, fotos ou vídeos que se espalham como um incêndio descontrolado pelo ciberespaço. O item original pode aparecer em um mural ou em uma postagem de um *blog*, ou mesmo em um jornal local, e pode gerar milhares de comentários e de *posts*. Como água que jorra por um buraco em uma represa, se a velocidade e o volume da disseminação forem suficientemente grandes, qualquer tentativa de estancar o fluxo será em vão. Impulsionada pelos densos grupos de net-cidadãos interessados, a difusão de informação controvertida pode ultrapassar

o controle dos censores e rapidamente se tornar de domínio público – um estado de coisas que provoca enormes implicações políticas. Quando ocorre um fenômeno *huo*, a Internet representa o papel de uma plataforma de distribuição massiva que furta ao governo o seu poder de estabelecer a agenda.

O processo *huo* é especialmente poderoso quando um tema local adquire ressonância em uma audiência mais ampla e se difunde além da jurisdição limitada dos funcionários locais, chegando algumas vezes à mídia nacional. Quando, por exemplo, a corrupção ou o dano ambiental são expostos, com frequência as autoridades locais implicadas no escândalo reprimem os *sites* de notícias que se hospedam no interior de suas respectivas jurisdições. Mas, quando tais notícias encontram meios de acessar um *website* sediado fora da jurisdição local, os funcionários não possuem formas de suprimi-las diretamente e nenhuma garantia de que seus colegas em outros locais decidirão fazer isso. Autoridades centrais podem igualmente não impor um bloqueio das notícias *on-line* relativas a temas ou eventos locais problemáticos. Essa brecha no controle entre as autoridades locais, assim como entre as autoridades locais e centrais, abre um espaço para que os net-cidadãos transmitam informação.

Quando, por exemplo, o jovem de 22 anos Li Qiming, bêbado, atropelou dois colegas que patinavam no campus da Universidade de Hebei – matando um deles e ferindo o outro – e foi preso depois de fugir do local, ele gritou: “Vão em frente, processem-me se vocês tiverem coragem. Meu pai é Li Gang!”. Li Gang era o vice-diretor do departamento de segurança pública local. Quatro dias depois, o Mop.com divulgou um torneio *on-line* pedindo aos participantes que incorporassem a frase “Meu pai é Li Gang” a poemas clássicos chineses. O concurso recebeu mais de seis mil inscrições. Poucos dias depois, o DCP criou uma diretriz para impedir qualquer outra “campanha relativa ao distúrbio do trânsito na Universidade de Hebei”. Mas a frase “meu pai é Li Gang” tornou-se desde então um *meme* popular na Internet chinesa¹⁶.

O fenômeno *huo* também cumpre um papel crítico na interação entre a expressão via Internet e as mudanças na mídia tradicional. Muitos jornalistas chineses têm vida dupla – repórteres da mídia controlada pelo Estado de dia, e *blogueiros* à noite. Quando fazem a cobertura de temas delicados – tais como desastres naturais, grandes acidentes industriais ou casos de corrupção de funcionários –, os repórteres da imprensa escrita devem seguir a linha das fontes oficiais antes de realizar entrevistas e de publicar seus achados. Mas, agora, os jornalistas podem fugir de tais diretrizes, coletando e distribuindo informação *on-line*, tornando mais difícil para os censores abafar assuntos delicados. De fato, quando tal informação se torna *huo on-line*, a mídia tradicional tem uma razão legítima para cobri-la. Alguns até acompanham os desenvolvimentos dessas notícias conforme eles são publicados no domínio *on-line*. O *Southern Weekend*, por exemplo, possui uma seção editorial chamada Olho Net, que pinça histórias interessantes *on-line* e as publica impressas.

Um Caminho para o *Feedback* e a *Accountability*

Nos últimos anos, os processos *feng*, *shai* e *huo* têm estado ativos, auxiliando a Internet a conduzir a opinião pública. Em inícios de 2007, um net-cidadão de Chongqing postou a foto de uma casa apelidada de “a mais incrível casa ‘encravada’ da China”, que estava ameaçada de demolição em função do crescimento imobiliário¹⁷. A imagem tocava nos problemas da construção urbana, dos direitos de propriedade e dos despejos forçados, e a mídia oficial encampou rapidamente o episódio, o qual ocorreu justamente quando o Congresso Nacional do Povo estava aprovando uma nova lei de direitos de propriedade supostamente para proteger os proprietários de imóveis.

Assim que a mídia oficial começou a cobrir a história, o Sina.com (o maior portal de Internet da China) ofereceu-se para pagar por fotos e vídeos da casa encravada, e o Mop.com criou uma página de monitoramento em tempo real. Uma corte local tomou decisão

desfavorável aos proprietários, mas a opinião pública, seduzida pela pujança das imagens, apoiou fortemente os proprietários da casa encravada. Depois de os moradores desobedecerem a ordem da corte de justiça e de se recusarem a se mudar, o governo central deu ordens para limitar as reportagens, mas o assunto sobreviveu por meio de fotos postadas *on-line* pelos net-cidadãos. Recentemente, o construtor curvou-se à pressão pública, resolvendo o caso e compensando o casal por sua propriedade, que acabou sendo demolida.

Algumas vezes, o governo tem motivos oficiais para reconhecer certos elementos de um assunto e censurar outros, como as notícias do uso generalizado de trabalho escravo nas olarias da província Shanxi em meados de 2007. A matéria – que envolvia sequestro de crianças, trabalho escravo e o conluio com a polícia local, funcionários do partido e proprietários dos fornos – difundiu-se na *blogosfera* chinesa e acendeu a ira nacional. Reportagens na mídia oficial se seguiram às denúncias, e, logo, importantes membros do partido – incluindo Hu Jintao e o *premier* Wen Jiabao – expressaram publicamente sua preocupação com a questão. Os detalhes continuaram a surgir e a história foi ficando cada vez pior, estimulando o Departamento de Internet do CDIE (também conhecido como Departamento de Comunicação Externa do PCC) a instruir seus subordinados e os principais portais de notícias da Internet a se ater à “propaganda positiva”, enfatizar a capacidade de resposta do governo no assunto das olarias, reforçar o monitoramento dos *websites* e apagar rapidamente informações que poderiam ser lesivas ao governo¹⁸.

Embora esses casos mostrem que a censura oficial à Internet não é sempre automática e totalmente empregada, e nem sempre é bem-sucedida, em geral o governo é capaz de exercer controle quase total sobre a informação distribuída *on-line*, particularmente quando os funcionários fazem de seu controle uma prioridade. Por exemplo, quando o escritor dissidente Liu Xiaobo foi premiado em 2010 com o Nobel da Paz, o DCP ordenou a todos os *websites* que não criassem ou postassem relatos sobre o prêmio, e que apagassem qualquer um

já existente. O CDIE também emitiu uma diretriz proibindo todos os fóruns interativos *on-line*, inclusive *blogs* e *microblogs*, de transmitir palavras proibidas relacionadas ao prêmio¹⁹. Como resultado, dificilmente se pode encontrar na Internet chinesa qualquer menção ao prêmio Nobel da Paz de 2010, e muito menos ao nome ou aos textos de Liu Xiaobo.

No entanto, existe uma dinâmica de mudança em andamento: algumas grandes matérias estão surgindo primeiramente *on-line* para somente depois serem levadas à mídia tradicional, tornando *blogueiros* e *net-cidadãos* os criadores da agenda de informação. Além disso, a despeito dos esforços de censura do governo, a simples velocidade e o número de mensagens e de *posts* na Internet estão tornando realmente difícil, e em alguns casos impossível, que os censores se antecipem. O lapso de tempo entre a cascata de informações e as instruções de censura de cima para baixo é crítico, assim como o hiato no controle entre autoridades centrais e locais, o que tem possibilitado que eventos locais se tornem notícias nacionais divulgadas pela mídia controlada centralmente. Uma vez que temas delicados aparecem na mídia oficial, a Internet os amplifica e os mantém vivos, evitando que o governo os ignore ou suprima as notícias inconvenientes.

Uma vez que os canais tradicionais da mídia ainda permanecem sob o controle do PCC, mesmo publicações mais progressistas e sem reservas, tais como a *Southern Metropolis Daily* ou a *Southern Weekend*, possuem uma capacidade muito limitada de estender a cobertura das reportagens políticas. Quando ocorrem protestos de massas, epidemias de saúde ou casos de corrupção oficial, a Internet é agora o primeiro lugar aonde as pessoas vão à procura das últimas notícias e para compartilhar experiências e opiniões. Pela primeira vez, os cidadãos são capazes de participar em diálogos públicos a respeito de questões de importância crucial para suas vidas.

Em 2007, a Xinhuanet pesquisou os tópicos mais populares (sem incluir aqueles que tinham sido apagados pelos monitores) nas três

comunidades *on-line* mais influentes – Fórum País Forte (bbs.people.com.cn), Tianya Club e Kaidi (club2.cat898.com)²⁰. Além das principais matérias daquele ano, o estudo descobriu que outros “eventos sociais sensíveis” também eram populares, incluindo aqueles relacionados à governança, violência policial, proteção ambiental, saúde pública, reforma judicial e desastres naturais. Ele também sugeriu que a consciência de direitos dos net-cidadãos está aumentando, à medida que expressões tais como “direito de saber,” “direito de expressão” e “direito a monitorar [o governo]” são usadas com frequência nos grandes eventos públicos *on-line*. Além disso, os participantes mostraram-se preocupados com a credibilidade e a capacidade de resposta de vários níveis do governo, assim como com temas de moralidade pública e com a crise de valores na sociedade.

Como escreveu Hu Yong, um *expert* em Internet residente em Pequim: “Dado que a China nunca possuiu mecanismos para detectar com precisão e para refletir a opinião pública, *blogs* e BBS tornaram-se o caminho efetivo para constituir e comunicar a opinião pública da sociedade”²¹. Um dos impactos diretos dessa nova paisagem de informação é que as informações negativas e críticas aos funcionários locais – especialmente no que se refere à corrupção, justiça social ou experiências diárias das pessoas – têm sido expostas e disseminadas nacionalmente *on-line* e têm ressonância por toda a sociedade. Algumas vezes, tal processo é tolerado pelas autoridades centrais para manter em xeque os oficiais de baixo escalão e para permitir que o vapor se descomprima antes que exploda sem controle, dando origem, talvez, a protestos públicos. Essa opinião pública gerada na Internet é algumas vezes o único canal para fornecer *feedback* aos funcionários do governo.

A fiscalização *on-line* tem um impacto especialmente grande sobre funcionários responsáveis por agências administrativas, legais, de polícia e de propaganda. Uma vez que os funcionários locais perdem o controle e que a informação se difunde além de sua jurisdição, a veemência de um público atizado pode forçá-los a mudar as políti-

cas. Nas palavras de um funcionário local ligado à propaganda oficial, para o governo, “era muito melhor quando não existia Internet”²².

Os eventos públicos guiados pela Internet também ajudam a destacar os temas que se originam localmente – ou até mesmo fora da China – mas que possuem implicações mais amplas para a sociedade chinesa. Para os indivíduos que lutam por reformas políticas e pela mudança social, a Internet e os setores da mídia tradicional mais abertos à reforma oferecem vias para a discussão de tópicos que antes eram tabus. Por exemplo, quando os protestos em favor da democracia irromperam no Egito em janeiro de 2011, as autoridades chinesas ordenaram que somente fosse disseminado o relato dos eventos pelo Xinhua. Ainda que a Sina Weibo, a versão chinesa do Twitter, tenha bloqueado a palavra “Egito” de seu mecanismo de busca²³, centenas de milhares de postagens da Sina Weibo continuaram disponíveis para usuários experientes, e os net-cidadãos continuaram a divulgar as notícias do Egito e a discutir suas implicações para a realidade política da China. Na esteira dos chamados *on-line* por demonstrações pró-democracia, inspirados pelos eventos na Tunísia e no Egito, a palavra “Jasmim” acabou também sendo proibida na Sina Weibo²⁴.

Mobilização Cidadã

Em geral, o passo seguinte ao diálogo público é a mobilização coletiva e a organização em torno de temas de interesse comum. Essa é uma área na qual a opinião pública baseada na Internet tem o potencial de provocar um poderoso impacto sobre a sociedade e a política chinesas. Enquanto as autoridades sufocam a sociedade civil e as organizações sociais independentes, diversos grupos comunitários que se afastaram da linha oficial com respeito a temas sociais – como meio ambiente, direitos das mulheres e homossexualidade – apoiam-se na Internet para organizar e distribuir informações. O amplo espaço para a discussão de assuntos públicos tem permitido que a sociedade civil aumente as fronteiras das liberdades de associação e de comunicação.

Os protestos de Xiamen contra a fábrica de PX são considerados um marco. Um manifestante declarou a um jornalista estrangeiro que cobria a matéria que, agora, as pessoas – ao menos – “podem ser ouvidas”. O governo da cidade, por outro lado, ouviu a opinião pública e ajustou sua decisão de acordo com ela. Esse foi o primeiro e altamente encorajador sinal surgido na China. A agência de notícias do governo Xinhua concluiu que “a controvertida usina de PX na cidade de Xiamen, cuja instalação foi suspensa, provavelmente não se tornará um marco onde quer que finalmente se estabeleça, mas ela pode ter ajudado a criar um alicerce para incrementar a participação das pessoas comuns nas decisões políticas da China”²⁵. É claro que o PCC não mostrou qualquer sinal de querer abrir mão de seu monopólio do poder político e é, ainda, altamente sensível ao aumento do impacto político da Internet.

A mobilização e os protestos *on-line* também provocaram um impacto além das fronteiras da China, tornando-se um fator significativo que influencia a diplomacia chinesa e a imagem do país no exterior. Em novembro de 2009, para comemorar o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, uma organização alemã sem fins lucrativos criou o “Muro de Berlim do Twitter”, onde as pessoas podiam postar suas ideias por meio do uso da palavra-chave do Twitter (*hashtag*) “#FOTW”. Além disso, a introdução do *site* convidava os participantes: “diga-nos quais muros ainda é preciso fazer vir abaixo para que nosso planeta seja um lugar melhor”. Em resposta a isso, durante semanas, os comentários dos chineses que detonavam o Grande Firewall e a censura à Internet dominaram o Muro de Berlim virtual. Em alusão ao famoso discurso de Ronald Reagan diante do Portão de Brandenburgo, os *blogueiros* chineses também deslancharam uma campanha para “Destruir essa muralha!” antes da visita do presidente norte-americano Barack Obama em novembro de 2009. Foi devido em grande parte a tais esforços que o Presidente Obama abordou o tema da liberdade de expressão *on-line* em um discurso durante um encontro com estudantes na prefeitura de Xangai.

Nem toda mobilização *on-line* é tão espontânea e anônima como foi a campanha contra o Grande Firewall. *Blogueiros* influentes podem também mobilizar seus companheiros de rede agindo como porta-vozes de certas posições sobre temas, ou ao autenticar mensagens que produzam ressonância entre as pessoas, ou por meio da articulação do que outros não podem dizer em face da censura política. O autor de *best-sellers*, piloto de corridas e *blogueiro* Han Han é uma dessas personagens. Han é uma pessoa que faz críticas sem rodeios à censura do governo e o que seu *blog* publica costuma ser apagado pelos censores. Apesar disso, seu *blog* principal recebeu mais de 300 milhões de visitas entre 2006 e 2009. Em abril de 2010, a revista *Time* incluiu Han Han entre os candidatos a serem incluídos no rol das cem “pessoas mais influentes em nível global”. Em seguida a isso, Han Han escreveu em seu *blog* pedindo ao governo chinês para “tratar melhor a arte, a literatura e as mídias de notícias, e para não impor tantas restrições e censura, e que não usasse o poder do governo ou o nome do Estado para bloquear ou difamar qualquer artista ou jornalista”²⁶. Esse *post* gerou cerca de 25.000 comentários de seus leitores e foi visto por mais de 1.200.000 pessoas. O artigo tem sido amplamente reproduzido *on-line*; e, em maio de 2010, uma busca no Google encontrou mais de 45.000 *links* que reproduziam o ensaio no todo ou em parte. Apesar dos esforços oficiais para usar o Grande Firewall para impedir os net-cidadãos chineses de votar em Han Han no *site* da *Time*, ele ficou em segundo lugar no resultado final, mostrando o poder de mobilização de seus textos.

Funcionários do governo começaram a reconhecer que a Internet estabeleceu uma tendência irreversível na sociedade no sentido de maior transparência, de uma cidadania mais ansiosa de participar na vida pública e de um público cuja opinião possui maior peso. Alguns funcionários defendem a necessidade de reforma política para adaptar a China a esse cenário. Em um longo artigo publicado em 2007 na imprensa oficial, Xin Di, diretor do Departamento de Pesquisa da Escola Central do Partido, listou cinco exemplos concretos

para mostrar o “progresso crescente” que vem ocorrendo no sistema político chinês²⁷. Quatro de seus cinco exemplos não eram esforços de reforma política de cima para baixo, mas, ao contrário, estavam relacionados a reações dos funcionários do governo a eventos públicos baseados na Internet. Embora uma reforma política genuína não tenha aparecido naquele ano na agenda dos líderes do Congresso Nacional do PCC, alguns funcionários de escalões mais baixos reconheceram o importante papel da Internet como catalizador da mudança política na sociedade chinesa.

Esses funcionários com visão mais voltada para o futuro acreditam que o governo deveria tolerar seletivamente ou até mesmo saudar as manifestações via Internet como um barômetro para aferir a opinião pública. Permitir tais manifestações possibilita ao governo coletar informação sobre a sociedade, ser mais sensível às preocupações dos cidadãos e fornecer uma válvula de escape para liberar a irritação pública. A Internet também pode ajudar a manter os funcionários locais mais responsáveis e responsivos – tanto em relação às autoridades centrais, quanto ao público. Além disso, a Internet desempenha um papel na promoção da mudança política quando os interesses e agendas de diferentes agências governamentais ou de níveis administrativos não estão alinhados. Nesse caso, a opinião pública pode ajudar a fortalecer um lado sobre o outro.

Um estudo feito em 2009 pela Academia Chinesa de Ciências Sociais a respeito do impacto da Internet sobre a opinião pública identifica os net-cidadãos como uma “nova classe de opinião” que pode influenciar rapidamente a sociedade, e descreve os métodos duais usados pelo governo para lidar com o crescente desafio do ativismo *on-line* – reprimir a Internet enquanto responde rapidamente à opinião pública²⁸. De fato, a crescente participação pública *on-line* é um indicador de que as regras do jogo político na China podem ter começado a mudar.

A censura do PCC tanto à mídia tradicional quanto à Internet certamente vai continuar. A crescente influência da opinião pública *on-*

-line mostra que o PCC e o governo já não podem mais manter o controle absoluto sobre a disseminação da informação. A Internet já é um dos espaços de mídia mais influentes na China – não menos do que as formas tradicionais de mídia impressa ou radiotelevisiva. Subjacente a medidas ainda mais fortes destinadas a reforçar o controle estatal, existe na sociedade chinesa um nível crescente de informação pública e de conscientização. Além disso, por meio das redes sociais *on-line* e das comunidades virtuais, a Internet chinesa tem se tornado uma sólida plataforma de comunicações para a agregação de informação e de coordenação da ação coletiva.

As forças conflitantes *feng, shai e huo* se manterão em tensão entre si. O resultado é a emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa. A Internet possibilita aos cidadãos comentar (ainda que de modo limitado) a respeito de certos tópicos e os mover para fora das arenas exclusivamente locais até o ponto no qual eles podem vir a se tornar questões nacionais. Mais ainda, esses “eventos públicos” cumprem agora um papel na promoção dos direitos humanos, da liberdade de expressão, do império da lei e da *accountability* governamental. Tem surgido toda uma geração de formadores *on-line* da agenda pública que poderão se tornar influentes líderes de opinião. Certamente, eles terão um importante papel a cumprir no futuro da China.

Além disso, alguns canais de mídia relativamente progressistas, tais como o *Southern Metropolis Daily* e o *Southern Weekend*, também estão, sempre que possível, expressando ativamente ideias políticas mais liberais e pressionando pela inovação. Antes da Internet, esse discurso reformista conquistaria pouco espaço contra a propaganda do PCC. Agora, à medida que esses elementos liberais no interior da mídia estabelecida convergem com as vozes independentes de base popular *on-line*, eles estão criando uma força substancial que está lentamente desgastando o controle social e ideológico do PCC.

A China está se tornando cada vez mais uma sociedade transparente e móvel, dotada de valores mais pluralistas. A Internet tem se torna-

do uma base de treinamento para a participação cidadã nos assuntos públicos: ela cria um público mais bem informado e engajado, e que demanda mais de seu governo. O regime do PCC está aprendendo a se adaptar a essas novas circunstâncias e a apresentar respostas a elas. Já se começa a ver compromisso, negociação e regras de mudança de conduta nas respostas do governo a esse desafio, o que indica a possibilidade de uma melhor governança com maior participação cidadã. A partir dessa perspectiva, a Internet não é apenas um espaço contestado, mas um catalizador da transformação social e política.

NOTAS

1. “Xiao Shu: Hoping Xiamen PX Event Became the Milestone”, Nanfang Zhoumo [*Southern Weekend*] (Guangzhou), 20 de dezembro de 2007.

2. Ver Xinhuanet em http://news.xinhuanet.com/comments/2007-12/23/content_7297065.htm

3. Centro de Informação em Rede da Internet na China (CIRIC), “25th Statistical Report on the Development of China’s Internet”, janeiro de 2010; disponível em: www.cnnic.net.cn/upload-files/pdf/2010/1/15/101600.pdf.

4. CIRIC, “25th Statistical Report” e CIRIC, “20th Statistical Report on the Development of China’s Internet”, junho de 2007. Desde julho de 2007, o CIRIC tem considerado como “usuários da Internet” qualquer pessoa com mais de seis anos de idade que tenha visitado a Internet a partir de qualquer terminal (inclusive um telefone celular), ao menos uma vez em seis meses. Antes de julho de 2007, um usuário da Internet era definido como alguém que tivesse passado ao menos uma hora por semana on-line. Em consequência dessa mudança, usuários de mais baixa renda – como trabalhadores migrantes e moradores rurais, que usam telefones celulares como seu principal meio de comunicação, em vez de computadores pessoais – estão sendo incluídos na categoria net-cidadãos.

5. “New Media Clash”, Xinhua News Agency, 16 de fevereiro de 2009, disponível em: http://news.xinhuanet.com/zgjx/2009-02/16/content_10825818.htm.

6. CIRIC, “25th Statistical Report”.

7. “Tencent Announces QQ Users Reached 100 Million”, 5 de março de 2010, ver: <http://tech.qq.com/a/20100305/000528.htm>.

8. “A Bold New Voice – Lu Yuegang’s Extraordinary Open Letter to Authorities”, China Digital Times, 20 de julho de 2004.

9. U.S. – China Economic and Security Review Commission, Hearing on Access to Information in the People’s Republic of China, testimony by Xiao Qiang, 31 de julho de 2007.

10. U.S. – China Economic and Security Review Commission, Hearing on China’s State Control Mechanisms and Methods, testimony by Xiao Qiang, 14 de abril de 2005.

11. Jonathan Zittrain e Benjamin Edelman, “Empirical Analysis of Internet Filtering in China”, documento de trabalho, Berkman Center for Internet and Society, Harvard Law School, 2003; disponível em: <http://cyber.law.harvard.edu/filtering/china>.

12. “Hu Jintao Asks Chinese Officials to Better Cope with Internet”, People’s Daily, Beijing, 24 de janeiro de 2007.

13. “Starting from September 1, New Virtual Cops Will ‘Cruise’ All Thirteen Internet Portals in Beijing”, Beijing News, 22 de agosto de 2007.

14. As demais agências são a Administração Estatal da Indústria e do Comércio (AEID), Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão (AERCT) e Administração Geral da Imprensa e de Publicações (AEIP).

15. Ver: <http://chinadigitaltimes.net/2009/02/music-video-the-song-of-the-grass-dirt-horse>.

16. Michael Wines, “China’s Censors Misfire in Abuse-of-Power Case”, New York Times, 17 de novembro de 2010, disponível em: www.nytimes.com/2010/11/18/world/asia/18li.html.

17. Ver: www.flickr.com/photos/scorpico7/2765449045 para uma foto da casa encravada (*nail house*).

18. “A Notice from the Central Government to Censor News Related to Shanxi Brick Kilns Event”, China Digital Times, 15 de junho de 2007, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2007/06/a-notice-from-the-central-government-to-censo-news-related-to-shanxi-brick-kilns-event>.

19. “New Directives from the Ministry of Truth (RE: Liu Xiaobo Wins Nobel Peace Prize)”, China Digital Times, 8 de outubro de 2010, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2010/10/new-directives-from-the-ministry-of-truth-october-8-2010-re-liu-xiaobo-wins-nobel-peace-prize>.

20. “Study Report of Online Public Opinions in 2007”, Xinhuanet, 5 de fevereiro de 2008.

21. Hu Yong, “Blogs in China”, China Media Project Case Study (no arquivo do *Journalism and Media Studies Centre*, University of Hong Kong), 4 de agosto de 2005.

22. “Director of Propaganda Department of Shuide, Shanxi Province: Those Years Without Internet Were So Much Better!” Southern News.net, 30 de janeiro de 2008, disponível em: <http://news.qq.com/a/20080130/000639.htm>.

23. Pascal-Emmanuel Gobry, “China Blocks ‘Egypt’ on Sina Weibo, Its Twitter Clone”, Business Insider SAI, 29 de janeiro de 2011, disponível em: www.businessinsider.com/china-blocks-egypt-on-sina-weibo-its-twitter-clone-2011-1.

24. Kathrin Hille, “China Authorities Block Democracy Campaigns”, *Financial Times*, 25 de fevereiro de 2011.

25. “Common Chinese Have More Say in Policy-Making”, *Xinhuanet*, 3 de janeiro de 2008.

26. Ver “Han Han . . . Comes in at Number Two in Time 100 Poll: ‘Let the Sun-shine In’”, *China Digital Times*, 29 de abril de 2010, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2010/04/han-han-let-the-sunshine-in>.

27. “Political Civilization in Detail”, *Xinhua News Agency*, 4 de fevereiro de 2008.

28. Zhu Huaxin, Shan Xuegang e Hu Jiangchun, “2009 China Internet Public Opinion Analysis Report”, In: *Chinese Academy of Social Sciences*, “2010 Society Blue Paper”, 22 de dezembro de 2009.

Dossiê China

O ABRUPTO CRESCIMENTO DA RELIGIÃO NA CHINA*

Richard Madsen

Richard Madsen é Professor Emérito de Sociologia da Universidade da Califórnia – San Diego. Entre seus livros, estão: Democracy's Dharma: Religious Renaissance and Political Development in Taiwan (2007), China's Catholics: Tragedy and Hope in an Emerging Civil Society (1998) e Popular China: Unofficial Culture in a Globalizing Society (coeditado com Perry Link e Paul Pickowicz, 2002).

Ao longo dos anos, estas páginas têm exibido inúmeros ensaios dedicados à análise das perspectivas da democracia na China. Tais análises têm se focado no estudo da resiliência (ou da fragilidade) do atual governo do Partido Comunista Chinês (PCC) e sobre o peso e o significado de vários movimentos de protesto ou de outras fontes de pressão, reais e potenciais, por mudanças democráticas na China. Entre essas últimas análises, tem sido dada atenção aos trabalhadores, aos moradores das zonas rurais, às classes médias e aos ativistas *on-line*. Mas muito pouca atenção tem sido dada ao que pode vir a ser a maior ameaça de todas à capacidade do PCC de manter seu controle, qual seja, o crescimento extraordinário das crenças e movimentos religiosos na sociedade chinesa.

Diferentemente das democracias liberais, que geralmente outorgam a seus cidadãos o direito de total liberdade de crença e práticas religiosas, a República Popular da China argumenta que precisa controlar a

*Publicado originalmente como "The Upsurge of Religion in China", *Journal of Democracy*, Volume 21, Número 4, Outubro de 2010 © 2010 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

religião a fim de preservar a harmonia social e a modernização econômica. O governo tem um departamento que é oficialmente responsável por assuntos religiosos – a Administração Estatal para Assuntos Religiosos (AEAR). O Estado reivindica para si a prerrogativa de determinar o que se consideram religiões “verdadeiras” e “falsas”, e usa seu poder de polícia para tentar erradicar as religiões “falsas” (frequentemente denominadas, na terminologia oficialista chinesa, “cultos malignos” ou “superstição feudal”). O Estado também escolhe os líderes de religiões aprovadas e monitora muitas das atividades religiosas.

O governo chinês compartilha da suposição que é encontrada com frequência nas democracias liberais, qual seja, de que o secularismo é inseparável da modernidade¹. Os governos democrático-liberais (que se distinguem de acordo com as diferentes e influentes escolas de pensamento existentes em sociedades liberal-democráticas) são neutros nessa matéria, é claro, e não assumem posição na questão sobre a religião possuir, ou não, qualquer futuro no mundo moderno. O governo da China não é neutro; mantém, ao contrário, que a religião está fadada a recuar enquanto a modernização continua a avançar. O oficialismo chinês deriva do marxismo sua versão da “tese da secularização”, e a política da China em relação à religião (como toda a política do governo naquele país) é estabelecida pelo PCC. O marco para a política da religião baseia-se no “Documento 19”, que o Comitê Central do PCC promulgou em 1982 com o título “O ponto de vista básico sobre a questão religiosa durante o período socialista de nosso país”².

Esse documento se assemelha à forma liberal-democrática de lidar com as crenças religiosas ao relegá-las à esfera privada. O “núcleo da política de liberdade de crenças religiosas é tornar essa questão um assunto privado, de livre escolha individual por parte dos cidadãos”. (No entanto, ao contrário das democracias liberais, a China possui uma constituição que não oferece as garantias de liberdade de associação que complementam a liberdade de crença).

Entretanto, o Documento 19, em um agudo contraste com a abordagem neutra, liberal-democrática em relação às reivindicações religiosas sobre o que é a verdade, declara que a religião é falsa e faz do governo o agente ativo de um projeto de modernização que pretende eliminar a religião como um todo: “[N]ós comunistas somos ateus e devemos propagar incessantemente o ateísmo”. Em contraste com o que as políticas “esquerdistas” puseram em prática durante a Revolução Cultural que começou em 1966 – políticas que tentaram, por meio da força, eliminar a religião da vida pública –, o Documento 19 é um produto inicial do programa de reforma de Deng Xiaoping, líder do PCC de 1978 até 1992. Sua abordagem da religião é baseada em uma espera paciente de que a educação científica, e não a coerção política, difunda o ateísmo.

Como sugerido acima, a noção de que a ciência e a modernidade colocariam um fim à religião não está confinada aos funcionários comunistas. Ela é, de fato, uma suposição amplamente compartilhada pela elite de cientistas sociais nas democracias liberais. Há pouco tempo, é certo que esses cientistas sociais teriam concordado de modo categórico com o Documento 19, que afirma que a religião é um fenômeno histórico cujo desaparecimento virá inevitavelmente com a modernização, embora – provavelmente – não até que um período de “atraso cultural” tenha cumprido seu ciclo: “Velhas formas de pensar e hábitos”, alerta o Documento 19, “não podem ser completamente exterminadas em um curto período”. Portanto, “os membros do partido devem reconhecer com uma mentalidade sóbria o caráter moroso da questão religiosa sob condições socialistas... Aqueles que esperam fiar-se em decretos administrativos ou em outras medidas coercitivas para varrer o pensamento e as práticas religiosas com um só sopro ainda estão longe do ponto de vista básico que o marxismo adota sobre a questão religiosa. Eles estão inteiramente equivocados e causarão danos consideráveis”.

O problema da tese da secularização – e, conseqüentemente, do PCC – é que isso parece estar errado. Longe de um recuo inexorável,

as religiões estão crescendo por todo o mundo, e procurando vigorosamente engajar-se nos assuntos públicos. Ao reconhecer isso, muitos teóricos ocidentais (mesmo agnósticos conhecidos como Jürgen Habermas) estão agora em busca de teorias sociais “pós-seculares”³. Embora existam profundos desacordos sobre os conteúdos de tais teorias sobre as religiões, todas elas observam que não há simplesmente uma “ascensão e queda” das religiões de acordo com um padrão linear. As teorias também observam que, nas sociedades modernizadas, as religiões não apenas persistem, mas continuam a evoluir dinamicamente. Atualmente, os teóricos reconhecem que existem “múltiplas modernidades”, definidas por diferentes interações entre crenças e práticas religiosas, por um lado, e por processos políticos e econômicos modernos, por outro⁴. Além disso, admite-se, geralmente, que a religião não pode ser confinada à vida privada, mas, ao invés disso, (seja para o bem ou para o mal) é uma parte ativa da vida pública⁵. Finalmente, os estudiosos suspeitam cada vez mais de definições que concebem a religião em termos demasiado estreitos, etnocêntricos, baseados na experiência histórica ocidental⁶.

É claro que existem acaloradas discussões e questões não resolvidas relacionadas à religião e à vida pública em democracias liberais tais como os Estados Unidos, mas pelo menos elas são debatidas abertamente. Na China, as suposições secularistas subjacentes à política religiosa oficial estão se mostrando impraticáveis. As políticas que o Documento 19 propõe são um completo fracasso, mesmo em termos de seus próprios objetivos de reduzir o crescimento da religião, de confiná-la à esfera privada e de mantê-la fora das relações políticas e étnicas. A religião está crescendo rapidamente e arrasou os sistemas de vigilância e controle do regime do PCC. Métodos grosseiros de supressão de formas indesejáveis de religião fizeram o tiro sair pela culatra, fazendo aumentar, mais do que reduzir, a temperatura dos conflitos que envolvem religião e Estado. E falharam também as tentativas de dissociar a religião da consciência étnica das nacionalidades minoritárias que poderiam alimentar a oposição à

nacionalidade han, que é dominante no país. A debacle das políticas tornou-se óbvia o suficiente para que os líderes do PCC começassem a reconhecer isso de modo mais ou menos aberto, e alguns dentro do governo estão buscando uma nova abordagem para a política religiosa. Mas as restrições sobre o debate de questões sensíveis estão tornando mais difícil para o PCC e para o Estado avançar com a antiga política, com suas insustentáveis suposições; e, quando elas (as restrições) de fato se movimentam, não é em direção a mais direitos liberal-democráticos à liberdade religiosa.

Política Oficial e Realidade Social

Os problemas com a política oficial de contenção da religião, de fazê-la servir aos propósitos do Estado e de mantê-la no interior dos canais aprovados pelo regime começam com as tentativas do governo de definir a própria religião. A política oficial entende a religião em termos da expressão de crenças privadas por meio da participação voluntária nas congregações organizadas por instituições que possuem lideranças definidas, claramente separadas da economia e da política. Isso se encaixa na compreensão da religião desenvolvida pelos estudiosos ocidentais do século XIX, que, conscientemente ou não, trabalhavam a partir de uma noção secularizada do protestantismo ocidental. Com base nessa definição, o governo chinês reconhece cinco (e somente cinco) religiões na China: o taoísmo, o budismo, o islamismo, o catolicismo e o protestantismo. Ao menos algumas manifestações de todas as cinco estão organizadas em instituições distintas com lideranças reconhecidas, e são praticadas por meio de congregações de devotos voluntariamente associados a elas.

A contenção da religião é parte da política que busca conter todas as associações da sociedade civil. Em princípio, na política oficial chinesa, não existe espaço para uma sociedade civil independente e, portanto, não há espaço para associações religiosas independentes. As instituições oficialmente reconhecidas estão submetidas à supervisão de “associações patrióticas”, que, por sua vez,

são supervisionadas pela AEAR e, acima dela, pelo Departamento da Frente Unida do PCC.

No entanto, a AEAR não possui jurisdição sob formas de religião que não tenham recebido reconhecimento oficial, apesar de conhecidas religiões mundiais, como a ortodoxa russa, o judaísmo, o mormonismo e a fé Bahá'í poderem, todas elas, ser encontradas na China. Além disso, a China rural abriga milhões de templos – muitos dos quais foram construídos justamente na última década – que servem como centros para as religiões locais populares e as festividades a elas associadas. Tais templos e suas liturgias não representam de modo algum um mero retorno a antigas tradições. Rituais tradicionais, mitos e práticas têm sido cumpridos por meio de tecnologia moderna, tal como câmeras de vídeo e *websites*, e reconfigurados de modo a se ajustarem às sensibilidades dos moradores dos vilarejos, já não mais agricultores, mas trabalhadores de fábricas, empresários e até mesmo profissionais⁷. Essas religiões populares são mais uma questão de prática pública do que de crença privada, e não são organizadas em instituições claramente separadas da vida econômica e política local. Essas atividades têm sido definidas pelas autoridades chinesas como “superstição feudal”, em contraste com a religião verdadeira. Mas os antropólogos modernos preferem considerar tais atividades, por meio das quais centenas de milhões de pessoas na China buscam um significado fundamental e celebram a comunidade, como religiosas. De todo modo, nenhuma dessas atividades se encontra dentro da alçada da AEAR, e existe confusão dentro do governo chinês a respeito de quem deve monitorá-las e o que deve ser feito a respeito delas. De fato, a regulação da religião popular depende frequentemente de arranjos *ad hoc* por parte de funcionários locais, e províncias distintas seguem políticas distintas ao lidar com seu crescimento.

Além do mais, mesmo nas cinco religiões oficialmente reconhecidas, a maior parte do crescimento está ocorrendo fora das associações patrióticas supervisionadas pelo Estado e que, portanto, não se encontram sob a jurisdição da AEAR. Existe, por exemplo, uma

extensa igreja católica *underground* que é cerca de três vezes maior do que a reconhecida Associação Patriótica Católica China. E o que é ainda mais surpreendente de um ponto de vista sociológico é o rápido crescimento de um enorme espectro de “igrejas domiciliares” (*house churches*) protestantes não registradas.

Quando Mao Tsé Tung e seus comunistas triunfaram sobre os nacionalistas e estabeleceram a República Popular da China em 1949, havia menos de um milhão de protestantes em toda a China. Na época de Mao, que morreu em 1976, as restrições sobre a religião eram severas. Desde 1979, no entanto, as bases dos protestantes chineses têm crescido exponencialmente. Uma estimativa conservadora apoiada pelos principais estudiosos da religião na China calcula sua força em cerca de cinquenta milhões⁸. (Alguns líderes protestantes reivindicam que, de fato, eles são o dobro desse número). A grande massa desse assombroso crescimento aconteceu fora dos limites institucionais do Movimento Patriótico das Três Autonomias (MPTA). Os setores de mais rápido crescimento têm sido aqueles dominados pelas assembleias evangélicas e cristãs pentecostais que se pautam em uma teologia pré-milenar, postulando o iminente fim do mundo, o “deleite” dos fiéis no paraíso e a chegada de atribulações globais para anunciar a segunda vinda de Cristo.

Embora a maior parte dos novos cristãos chineses se preocupe com questões espirituais e não tenha interesse em realizar esforços para ocasionar o apocalipse, algumas seitas veem sua fé como um mandato para trazer a mudança radical a esse mundo. A atitude do governo chinês em relação às “igrejas domiciliares” protestantes não registradas tem sido de grande suspeita, e ele decerto não aprecia esse discurso escatológico. O governo também tem observado que um número desproporcional daqueles “advogados dos direitos” e outros ativistas que têm exigido reformas políticas (inclusive o dissidente Liu Xiaobo, que está na prisão) são também cristãos associados com essas igrejas domiciliares urbanas⁹.

As igrejas domiciliares têm crescido tão rapidamente, no entanto, que o governo não pode detê-las nem ignorá-las. Portanto, partes do governo estão tentando distinguir entre as protestantes evangélicas, que adotam uma posição relativamente passiva, espiritual, em relação às suas convicções, e a minoria com potencial para confrontação política. Ainda que os protestantes fora do MPTA não se encontrem ao alcance da AEAR, outras agências do governo central, todavia, têm travado diálogos com líderes das igrejas domiciliares que parecem não apresentar perigo à estabilidade social e que desejam distanciar-se dos ativistas religiosos mais militantes. O Centro de Pesquisa do Conselho de Estado do Desenvolvimento Chinês promoveu, no final de 2008, um importante encontro desses líderes – cujo título foi “O cristianismo e a harmonia social”. Todavia, concomitantemente a isso, agências de repressão tais como o Departamento de Segurança Pública adotam uma abordagem menos conciliadora e, desde a primeira metade de 2009, têm sido crescentemente propensas a prender líderes das igrejas domiciliares. Mas, devido ao fato de existirem muitos líderes em demasiadas organizações descentralizadas para serem presos pelas forças de segurança da China, as detenções parecem arbitrárias, e a grande maioria das igrejas domiciliares não tem sido afetada.

Finalmente, existe o crescimento de novos movimentos religiosos com organizações flexíveis que combinam as redes sociais tradicionais com sofisticadas tecnologias de comunicação multimídia. Desses, o mais conhecido é o Falun Gong, que mescla as ideias do budismo e do taoísmo de uma forma modernizada. Fundado em 1992 como parte de uma onda de práticas de meditação para a promoção da harmonia espiritual e da saúde física, o Falun Gong expandiu-se rapidamente para contar, por volta de 1999, com cerca de dez milhões de seguidores¹⁰. Em abril daquele ano, em resposta às críticas da mídia nacional, o Falun Gong reuniu dez mil de seus praticantes para uma demonstração em frente à sede do governo em Pequim. Apesar de a demonstração ter sido pacífica, lideranças do PCC consideraram-na uma provocação ile-

gal e temeram que isso pudesse ser um precedente para ações de massa mais independentes.

Desde o verão de 1999, o governo empreende uma campanha massiva para esmagar o movimento, prendendo e, alega-se, algumas vezes torturando e matando suas lideranças. Os seguidores que vivem no exterior organizaram suas atividades e publicaram suas pregações por meio de um jornal (o *Epoch Times*), de uma estação de televisão (TV Dinastia Tang) e da elaboração de *websites*. Junto a movimentos religiosos similares que têm ameaçado a autoridade do governo, o Falun Gong foi colocado na categoria de “cultos malignos”, os quais o Estado se esforça para esmagar por meio da mobilização de novas formas de poder policial em vasta escala, apesar do aviso do Documento 19 de que medidas coercitivas ásperas são “incorretas e provocarão danos consideráveis”. O Falun Gong tem sido fortemente levado à clandestinidade no interior da China, mas, ao mesmo tempo, tem se transformado em uma força mundial. Enquanto isso, outros “cultos malignos”, incluindo ramificações do cristianismo, continuam a se espalhar¹¹.

De Volta ao Futuro?

A primeira resposta ao colapso das antigas políticas tem sido tolerar as diferentes respostas experimentais e *ad hoc* aos processos religiosos locais, enquanto oficialmente é mantida a estrutura do Documento 19. Mas, na ausência de qualquer abordagem teórica unificada para guiá-las, essas respostas produzem uma incoerente colcha de retalhos de políticas locais disparatadas. Iniciativas no sentido de tolerar algumas atividades religiosas juntam-se a novos métodos para reprimir outras. Portanto, não parece existir muita coordenação central de tais processos, e eles continuam em seus respectivos ritmos próprios, de acordo com as ambições das diversas unidades burocráticas que os iniciam. Reconhecendo a incoerência de suas políticas *ad hoc*, o Partido está buscando um novo entendimento para guiar sua própria abordagem sobre a religião.

Assim como todas as questões “sensíveis” na China, as discussões sobre a política religiosa não são feitas em fóruns públicos, mas sim em encontros a portas fechadas que reúnem *experts* acadêmicos e lideranças políticas. Há não muito tempo, enquanto passava um ano na Universidade Fudan em Shanghai, eu mesmo fui convidado a dar uma palestra a um desses grupos, o Departamento da Frente Unida do Comitê do Partido Comunista da Universidade de Fudan, que foi designado como “base teórica” para o desenvolvimento de políticas relativas à religião.

A partir do que experimentei e de outras interações que tive na China, minha percepção é que importantes *experts* chineses concordam com a inviabilidade do Documento 19. É duvidoso que as principais lideranças do PCC venham a admitir isso abertamente, dada a necessidade do Partido de manter um ar de infalibilidade. Mas, seja ou não revelada, a estratégia do Partido parece ser a de evoluir ao longo das linhas sugeridas pelos principais *experts*, tais como Zhuo Jinping, diretor do Instituto de Religiões Mundiais da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

O artigo de Zhuo sobre “A situação da religião chinesa e a direção de seu desenvolvimento” foi apresentado ao politburo do PCC. Ele começa com uma longa introdução sobre o lugar da religião na história chinesa e a relação entre a religião e o Estado no tempo dos imperadores. Ele discute o marxismo, mas o trata como uma ciência social – sujeita a todos os padrões de verificação empírica e assim por diante –, e não como um dogma sagrado. Quando se lida desse modo com as coisas, são os imperadores, e não Karl Marx, que fornecem a chave para a política religiosa.

O que vem emergindo gradualmente de tudo isso é uma política um pouco mais coerente que difere do Documento 19, por estar mais disposta a aceitar muitas das diferentes formas de religiosidade chinesa e mais flexível na busca de regulá-las. Mas de modo algum significa que seja uma política liberal-democrática. Ao invés disso,

é uma política de volta para o futuro – um retrocesso moderno ao ponto de vista das dinastias imperiais Ming (1368–1644) e Qing (1644–1912).

Na China das dinastias Ming e Qing, o imperador era o “Filho do Céu”. Seu principal dever era fazer a mediação entre o Céu (considerado uma deidade) e a Terra. A legitimidade de sua autoridade baseava-se em seu papel sagrado, que, é claro, dependia de um “Mandato Divino” que poderia ser perdido devido a prevaricações do imperador. O imperador cumpria seu papel desempenhando importantes rituais na capital e em outros locais a fim de assegurar as bênçãos do Céu a seus súditos, e ele possuía a autoridade última para distinguir entre o “verdadeiro ensinamento” (*zhengjiao*) e o “mau ensinamento” (*xiejiao*). Assim, ele combinava os papéis ocidentais de rei e de papa.

Embora as elites das quais se originavam os principais conselheiros dos imperadores fossem educadas em uma tradição confucionista, a qual era cética em relação à maior parte das práticas religiosas populares, os imperadores, com frequência, toleravam e até encorajavam os cultos rurais, os quais geralmente se baseavam em alguma mistura de tradições do taoísmo, do budismo e do confucionismo. Tais rituais e mitos eram considerados “ensinamentos verdadeiros” se consolidassem relações hierárquicas apropriadas no interior das famílias, ajudassem a construir comunidades fortes enraizadas na agricultura local e, dessa maneira, promovessem a estabilidade social sob o governo imperial. Em relação aos grandes mosteiros budistas e taoístas, os imperadores os mantiveram na linha por meio da patronagem imperial, a qual contribuiu para que, a um só tempo, essas instituições prosperassem e assegurassem a lealdade de suas lideranças ao imperador.

Em contraste com isso, organizações sectárias que congregavam pessoas de diferentes comunidades, violavam as distinções de gênero permitindo que homens e mulheres participassem juntos dos cultos

como iguais, pregavam o fim iminente da era atual, e algumas vezes foram a base organizacional para rebeliões que talvez possam ser denominadas como heterodoxas (na tradução inglesa do termo *xiejiao*, cuja tradução oficial preferida é “cultos malignos”)¹². Seu destino seria a perseguição implacável.

Com frequência, os fatos que poderiam justificar essa distinção eram ambíguos. Quando missionários jesuítas tais como Matteo Ricci trouxeram o cristianismo católico à China no século XVI, houve um debate considerável na corte imperial sobre esse “ensinamento estrangeiro” ser considerado ortodoxo ou heterodoxo. Por fim, os jesuítas convenceram o imperador de que seus ensinamentos eram compatíveis com outros que davam suporte ao governo imperial, e o imperador Kangxi, que governou por um longo período, declarou em 1692 que o catolicismo poderia ser considerado um “ensinamento ortodoxo”. Mas quando – no que veio a ser conhecido como as “controvérsias sobre os ritos chineses” – o papa Clemente XI se posicionou contra a interpretação dos missionários jesuítas do que era aceitável para os convertidos chineses e, por conseguinte, contrariou a sentença do imperador, Kangxi denunciou o cristianismo como um ensinamento heterodoxo. As denominações de “ortodoxia” e “heterodoxia” podiam mudar, mas o arbítrio infalível de tais distinções era sempre do imperador¹³. Como Zhuo Xinping observou, a política imperial básica em relação à religião era de que “o governo é o mestre, a religião o seguidor” (*zhengzhu, jiaocong*).

Em 2008, Xi Jinping, o líder do PCC e provável sucessor do atual secretário-geral Hu Jintao, declarou que o Partido era agora um “partido governante” em lugar de um “partido revolucionário”¹⁴. O PCC se justificará, daqui em diante, por meio da condução do desenvolvimento econômico da China, pela defesa da integridade de seu território e pela promoção de sua rica herança cultural. Atualmente, o principal lema do governo enaltece a “sociedade harmoniosa”, uma noção com ecos confucionistas. A harmonia é considerada dependente, acima de tudo, da “estabilidade social”. Nos assuntos religiosos,

pelo menos, serão as hierarquias imperiais, e não Marx e Lenin, que proverão os modelos a serem seguidos.

A nova linha sugere que o Estado tolerará uma ampla série de práticas religiosas sob a rubrica do respeito ao “pluralismo cultural”. Alinhado aos pronunciamentos oficiais, estudiosos como Zhuo insistem que a pedra angular da política religiosa é a garantia constitucional de liberdade religiosa. Mas essa não é a noção de liberdade da tradição liberal ocidental. Em certos sentidos, a política chinesa dá *mais* apoio à religião do que costuma ser a norma em países como os Estados Unidos, onde a igreja e o Estado são estritamente separados, e o último não pode dar apoio econômico direto à primeira¹⁵. Na China, o governo paga salários aos funcionários religiosos e fornece fundos para a construção de templos – desde que os funcionários e as igrejas pertençam a alguma das associações patrióticas aceitas oficialmente.

Essa patronagem do governo está de acordo com o costume do Estado imperial de subsidiar os templos. Essa não é uma tolerância liberal, baseada no direito inalienável à liberdade de associação religiosa. Em vez disso, é uma manifestação do antigo princípio imperial de que o Estado é o mestre e a religião, o seguidor. O Estado se reserva a prerrogativa de determinar quais práticas constituem a “verdadeira religião” ortodoxa e o que denota um “culto maligno” heterodoxo. (Em 2008, o Departamento de Propaganda produziu um vídeo que fez exatamente esse tipo de diferenciação). O principal critério do Estado é o efeito prático da religião: ela contribui ou não para uma “sociedade harmoniosa” sob a direção do Partido? A fim de serem inteiramente legítimas, diz o pensamento oficial, as religiões devem trabalhar ativamente para construir uma sociedade harmoniosa. Se elas não trabalham ativamente com esse fim, o Estado deve guiá-las de modo a que elas cumpram suas obrigações. Se elas se recusam a aceitar sua orientação, o Estado deve esmagá-las.

Em sua nova encarnação, o supostamente secular PCC assume uma aura sagrada. Ele agora se apresenta como o portador de um

destino nacional sagrado. Ele realiza rituais públicos espetaculares, tais como a abertura das cerimônias dos Jogos Olímpicos de Pequim – cerimônias que evocam poderosamente a gloriosa herança cultural do confucionismo, do budismo e do taoísmo, mas que não fazem qualquer menção a Mao Tsé Tung ou mesmo ao socialismo.

Isso pode levar a novos padrões de tolerância religiosa e de repressão. Templos e festividades nas pequenas cidades que, antes, eram proibidos como exemplos de “superstição feudal” são agora permitidos e até mesmo encorajados, contanto que mantenham os camponeses felizes e que atraiam algum turismo. Assim como o antigo governo imperial, o PCC inclina-se a favorecer o politeísmo – um grande número de cultos locais mantém a sociedade rural dividida e incapaz de ações de massa. O cristianismo é mais problemático; ele é uma religião estrangeira, não é parte da herança cultural chinesa. Mas, desde que os grupos cristãos se “indigenizem” completamente – o que, na prática, significa que eles aceitem o princípio de que o governo é o mestre e a religião, o seguidor –, eles podem ser aceitos. Mesmo as igrejas domiciliares locais são toleradas se elas pregam em prol de famílias fortes e pelo trabalho duro, e evitam desafiar as forças policiais da sociedade harmoniosa. O estímulo às religiões populares locais parece ter desacelerado o recente crescimento do cristianismo evangélico no interior do país. O Deus cristão tornou-se, portanto, mais um no panteão dos deuses locais entre os quais a população rural divide suas lealdades.

Com o colapso de uma política religiosa baseada na suposta inevitabilidade da secularização, o PCC está retrocedendo, portanto, a antigos cenários de uma era imperial encantada. Entretanto, isso pode não funcionar, pois o Estado chinês é, ironicamente, muito forte e muito fraco para isso.

O Estado moderno possui o poder de sujeitar a sociedade à vigilância e ao controle de modo muito mais completo do que possuía o Estado imperial. A fim de atingir sua ambição sagrada de exercer um Mandato Divino moderno, o Estado do Partido Comunista deve

tentar exercer esse controle. Na China imperial, algumas práticas religiosas deram às pessoas a oportunidade de abrir espaços que se encontravam além do alcance do Estado e que eram marginais o suficiente para serem politicamente inofensivos. Atualmente, devido ao grande sucesso do Estado chinês em estender seu poder, o espaço livre é tão raro que mesmo a tentativa de retroceder a ele pode ser vista como resistência. Além disso, eventos às margens da sociedade podem, agora, afetar o poder do Estado. Finalmente, devido às tecnologias de comunicações com as quais o governo modernizador tem integrado a China, os grupos marginalizados podem criar laços, trocar ideias e influenciar-se mutuamente. Se esses grupos minarem por fim o regime do PCC, esse resultado será devido, ao menos em parte, ao fato do regime ter, inadvertidamente, estabelecido algumas das condições para a sua própria destruição.

À medida que a evolução da religiosidade local na China cresce de maneira mais dinâmica, o governo deve decidir agora quais das profundas mudanças na vida religiosa são ortodoxas e quais não o são. Estudiosos e funcionários dedicados aos assuntos religiosos estão adotando a ideia do sociólogo sino-norte-americano Fenggang Yang de que, em religião, existem mercados “vermelhos” (legítimos), “negros” (ilegítimos) e “cinzentos”¹⁶. A tarefa do governo é separar os pontos “cinza” entre os nítidos “vermelho” e “negro.” Mais ainda, o mercado “cinzento” é tão grande e diversificado que torna isso muito difícil de ser feito e, de qualquer modo, vai exigir um grau de *expertise* pouco disponível na China.

O segundo problema surge a partir da incapacidade do governo chinês de isolar totalmente a China e de controlar completamente todas as suas relações com o mundo exterior. Os imperadores podiam decidir não tolerar as crenças estrangeiras cujas lideranças se encontravam para além do controle imperial. Mas, na era da globalização, o governo chinês não pode impedir facilmente que tais crenças influenciem a China.

Desafios da Globalização Religiosa

Os imperadores das eras Ming e Qing tiveram problemas com religiões universalistas cujos ensinamentos transcendiam os limites de qualquer império em particular e ainda podiam ser invocadas para que os governantes terrenos prestassem contas. Tais religiões podiam ser toleradas somente se completamente adaptadas – isso é, transformadas em um apoio à ordem social estabelecida e ao governo imperial. Sem dúvida, mesmo as religiões que aspiram ao universalismo podem, todas elas, ser facilmente absorvidas pelas estruturas imanentes de poder desse mundo. No século XIX, tanto os cristãos católicos como os protestantes vieram para a China na esteira do imperialismo ocidental, e tiveram um papel na justificativa dos projetos colonialistas que, aos olhos dos chineses, tornaram a era um “século de vergonha” que nunca mais deve ser permitido. No século XXI, em contraste, o fluxo de movimentos religiosos universalistas em direção à China – cristianismo, islamismo e formas globalizadas do budismo – é, principalmente, o resultado não mais das políticas do poder imperialista, mas da fluidez das redes e da porosidade das fronteiras em uma era de hipercomunicação global. Mesmo assim, o governo chinês ainda teme – e não sem motivo – que os governos estrangeiros possam usar a promoção das religiões universais com o propósito de fomentar “revoluções coloridas” que minariam o Estado-partido¹⁷.

À medida que a China amplia seu *status* de potência mundial, seus governantes parecem exibir sua glória por meio da exportação da “herança cultural não material” de seu país ao redor do mundo. O governo está estabelecendo “institutos confucionistas” para ensinar o idioma e a cultura chineses na Europa e nas Américas. Filmes patrocinados pelo Estado, grupos de artistas e outros esforços celebram o passado chinês, incluindo os legados do taoísmo, do budismo e do confucionismo – todos os quais interpretados de modo a comportar a cultura chinesa han dominante e a fórmula “o governo é o mestre, a religião o seguidor”, preferida pelo Estado.

O regime parece ter poucas dúvidas sobre importar a “herança cultural não material” estrangeira na forma de cultura popular globalizada, mas continua altamente cauteloso a respeito da absorção da cultura religiosa, especialmente quando ela pode ser influenciada por autoridades de fora da China.

O cristianismo, o islamismo e o budismo tibetano colocam, todos eles, sérios desafios à hegemonia sagrada neoimperial do PCC. Embora em muitos aspectos a igreja católica chinesa tenha sido aculturada, sua teologia ainda obriga sua liderança a ser leal ao papa. O governo chinês admite que os católicos aceitem a autoridade “espiritual” de Roma, mas se reserva o direito de delimitar a fronteira exata entre o espiritual e o temporal. É claro que o papa pensa que Roma sabe qual é a fronteira mais adequada. Para o Estado, as comunicações globais tornam a ameaça de influência estrangeira da igreja católica ainda mais difícil de eliminar. As negociações entre o governo chinês e o Vaticano a respeito da normalização das relações diplomáticas têm se desenvolvido intermitentemente por mais de duas décadas, mas chegaram atualmente a um impasse. O principal problema é que o Vaticano busca mais liberdade religiosa para os católicos do que o governo está disposto a conceder. E o governo chinês está temeroso de que, mesmo que o Vaticano concorde formalmente com suas condições, o papa tenha suficiente autoridade espiritual para influenciar os católicos de modos que ultrapassem a capacidade de controle do governo.

A cristandade protestante na China é muito mais descentralizada, e não representa a ameaça de um poder eclesiástico centralizado que tente impor sua versão da ortodoxia aos crentes chineses. Mas, como fé global, ela também está aberta às influências disseminadas por meio da mídia moderna (e com frequência veiculadas diretamente pelos missionários) ao redor do mundo. Portanto, independentemente do quão adaptado se torne o cristianismo protestante na China, ele permanecerá em contato com os movimentos espirituais do exterior. Um governo inteiramente secular e liberal não teria muitos proble-

mas com influências religiosas cosmopolitas, mas um governo que reivindica um moderno Mandato do Céu não poderia, por princípio, tolerar isso. A perspectiva mais provável é a de que o PCC trabalhará em duas frentes, procurando restringir a difusão do cristianismo enquanto promove também a religião popular nativa como rival daquele. No entanto, as restrições, seguramente, se mostrarão ineficazes. O cristianismo continuará a crescer, a elite governante chinesa continuará a discutir internamente sobre como responder a ele e o resultado será um apanhado de políticas aparentemente arbitrárias e incoerentes em relação ao cristianismo.

Desde seu início, o budismo transcendeu todos os limites da nação e do parentesco, mas a maior parte do budismo praticado pelos chineses han na China continental é profundamente identificado com a cultura chinesa han, e seus líderes têm se mostrado muito inclinados a aceitar a orientação do Estado. O problema para o PCC é o budismo tibetano, o qual há mais de cinquenta anos surgiu por trás das fronteiras das nações tibetanas e mongóis e se tornou uma religião mundial, com devotos entusiasmados nas Américas, na Europa e em outras partes. Desde sua ida para o exílio em 1959, o Dalai Lama tornou-se uma celebridade global, bem recebida e respeitada como um grande líder espiritual por papas, reis, diferentes públicos e presidentes. Tanto seu cargo como seu carisma lhe trouxeram grande respeito por parte dos tibetanos, que já possuíam suficientes razões não religiosas para resistir ao colonialismo chinês han. Mas sua adesão a uma fé cuja liderança mais reverenciada foge do controle do Estado chinês torna sua resistência ainda mais ameaçadora aos olhos do governo chinês. De acordo com a lógica do governo imperial sagrado, todos os lamas deviam aceitar a suserania do imperador chinês, mesmo que, na prática, eles tivessem ampla margem de ação em seus assuntos religiosos. Seguindo a lógica do império sagrado, o PCC não se contentou apenas em contestar as posições do Dalai Lama sobre o Tibete, mas procurou demonizar inteiramente a pessoa dele. Ele é retratado como alguém tão malig-

no quanto Osama Bin Laden, uma pessoa desprovida de qualquer pretensão à liderança espiritual. Dada à enorme e extensa popularidade do Dalai Lama, tais ataques são contraproducentes. Eles não chegam a indispor a opinião pública global em relação ao Dalai Lama e, quando muito, aumentam o fervor religioso dos zelosos e aguerridos tibetanos¹⁸.

Um desafio final à hegemonia sagrada neoimperial do PCC vem do islamismo¹⁹. Tanto a dinastia Qing no século XIX como o governo republicano dos anos 1930 enfrentaram levantes da minoria uyghur que habita Xinjiang, a região mais ocidental da China. Os uyghurs são muçulmanos, mas a religião islâmica não foi necessariamente a principal causa das rebeliões anteriores desse povo túrquico. Além disso, eles praticam uma variedade de vertentes do Islã que os divide ao invés de unificá-los. Mas a globalização promoveu o contato entre os muçulmanos uyghur com os movimentos islâmicos mundiais.

Existem motivos pragmáticos para que o governo chinês se preocupe com o radicalismo que pode surgir de tal renascimento religioso, mas a reação contra ele parece tão extrema quanto contraproducente. Em nome da supressão do “separatismo”, algumas autoridades chinesas começaram a atacar as próprias práticas islâmicas. Durante o Ramadã em 2008, por exemplo, eles obrigaram os homens uyghur a raspar suas barbas, restringiram o acesso às mesquitas e desencorajaram o jejum religioso. Isso talvez só possa ser explicado em termos da afronta que o islã globalizado representa para a hegemonia sagrada neoimperial. Essas ações servem para adicionar descontentamentos religiosos aos tantos outros que os uyghur possuem em relação aos chineses han e podem aproximar ainda mais os movimentos dos uyghur e os movimentos islâmicos politizados. Não parece que tais conexões tenham sido feitas durante os levantes uyghur de julho de 2009. Mas a hostilidade geral do governo chinês em relação ao islã globalizado acrescenta um combustível perigoso ao fogo dos ressentimentos étnicos.

Com seu “Grande Firewall”, que filtra a Internet, e seus recursos massivos de vigilância, o Estado-partido chinês pode inibir a influência de movimentos religiosos universalistas, mas não pode bloqueá-los completamente. Além disso, mesmo a repressão parcial de tais influências expõe a China à censura de movimentos globais crescentemente assertivos em prol da liberdade religiosa.

Isso será perturbador para uma política moldada na hegemonia sagrada dos imperadores chineses pré-modernos. A única forma de se evitar que os movimentos religiosos globais universais minem essa política é a China se tornar tão poderosa ao ponto de ser capaz de estabelecer os termos de seu relacionamento com o resto do mundo. Com isso, ela poderia usar seu poder militar e econômico para que os padrões universais de liberdade religiosa não fossem aplicados a ela e para que as religiões universais só conseguissem adentrar o seu território se aceitassem o princípio de que o “governo é o mestre, a religião é o seguidor”. Algumas lideranças políticas acreditam que podem alcançar isso.

Mesmo que os líderes chineses sejam completamente bem-sucedidos, eles podem vir a se arrepender disso, pois a pressão acumulada dos fiéis frustrados pode se tornar explosiva. No entanto, é provável que as autoridades políticas chinesas venham a ser apenas parcialmente bem-sucedidas e que experimentem fricções contínuas com os defensores globais da liberdade religiosa. Pode-se facilmente imaginar cenários desoladores de conflitos religiosos intensos relativos ao relacionamento com o Estado. Todavia, em cenários mais auspiciosos, tais fricções internacionais levarão ambos os lados a buscar formas mais adequadas de equilibrar os direitos de religiões crescentemente afirmativas com os requisitos da governança em um mundo pós-secular.

NOTAS

1. Ver Daniel Bell, “The Return of the Sacred: An Argument on the Future of Religion”, In: *The Winding Passage: Essays and Sociological Journeys, 1960–1980* (New York: Basic Books, 1981), p. 327.

2. Traduzido para o inglês em Donald E. MacInnis, *Religion in China Today: Policy and Practice* (Maryknoll, N.Y.: Orbis, 1989), 8-26. Durante as quase três décadas desde a promulgação do Documento 19, regulamentações adicionais relativas à religião o suplementaram, mas todas elas se mantiveram no quadro que o Documento 19 estabelece.

3. Ver Jürgen Habermas, *Rationality and Religion: Essays on Reason, God, and Modernity* (Cambridge: MIT Press, 2002). Ver também a introdução a Craig Calhoun, Mark Juergensmeyer e Jonathan VanAntwerpen, *Rethinking Secularism* (New York: Oxford University Press, 2010).

4. Sahlman Eisenstadt (ed.), *Multiple Modernities* (New York: Transaction, 2002).

5. Jose Casanova, *Public Religions in the Modern World* (Chicago: University of Chicago Press, 1994).

6. Mayfair Mei-hui Yang (ed.), *Chinese Religiosities: Afflictions of Modernity and State Formation* (Berkeley: University of California Press, 2008).

7. Kenneth Dean, “Local Communal Religion in South-east China”, In: Daniel L. Overmyer (ed.), *Religion in China Today* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 32–52.

8. Yu Jianrong (Instituto de Desenvolvimento Rural, Academia Chinesa de Ciências Sociais), “Religious Demography and House Churches, 2008”, *Compass Direct News Service*, 3 July 2009.

9. Gerda Wielander, “Bridging the Gap? An Investigation of Beijing Intellectual House Church Activities and Their Implications for China’s Democratization”, *Journal of Contemporary China* 18 (novembro de 2009), p. 849-64.

10. David A. Palmer, *Qigong Fever: Body, Science, and Utopia in China* (London: Hurst, 2007), p. 260-61.

11. A seita “heterodoxa” cristã mais conhecida é a Iluminação Oriental, que se iniciou na província de Henan. Ela é bastante forte em Shaanxi e, atualmente, parece ter se difundido em Wenzhou. Ela tem uma líder cujos seguidores consideram ser a reencarnação de Jesus. Existem ao menos dez outras seitas quase cristãs, cujos nomes são do tipo “O reino estabelecido”, “A seita do senhor Deus” e “Três classes de servos”. Ver Richard Madsen, “Chinese Christianity: Indigenization and Conflict”, In: Elizabeth J. Perry e Mark Selden, (Eds.), *Chinese Society: Change, Conflict, and Resistance*, 3ª ed. (London: Routledge, 2010), p. 246.

12. O termo *xiejiao* tem sido comumente traduzido pelos estudiosos de língua inglesa e pela literatura histórica como “heterodoxia”. O fenômeno não se sujeita necessariamente à definição de um “culto” no sentido sociológico moderno. Mas a tradução oficial chinesa do termo ao inglês é “culto maligno”, provavelmente para insinuar conotações sinistras que poderiam justificar a aplicação de medidas repressivas a tais atividades.

13. Richard Madsen, *China’s Catholics: Tragedy and Hope in an Emerging Civil Society* (Berkeley: University of California Press, 1998). Ver também Richard Mad-

sen, “Catholicism as Chinese Folk Religion”, In: Stephen Uhalley, Jr., e Xiaoxin Wu (eds.), *China and Christianity: Burdened Past, Hopeful Future* (Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 2001), 233-49.

14. Ele fez essa afirmação primeiramente na Escola Central do Partido, em Pequim, em 1º de setembro de 2008. O discurso foi reimpresso posteriormente no jornal oficial da escola.

15. Zhuo Xinping, *Quanqiu huade zongjiao yu Dangdai Zhongguo* (Religiões Globais e a China contemporânea) (Beijing: Shehuikexue wenxian chubanshe, 2008), p. 30. Uma importante missão da Academia Chinesa de Ciências Sociais é dar consultoria ao governo central com base em bolsas de estudos.

16. Fenggang Yang, “Red, Black, and Grey Markets for Religion in China”, *Sociological Quarterly* 47 (fevereiro de 2006), p. 93-122.

17. Zhuo Xinping, *Quanqiu huade*, p. 174.

18. Melvyn C. Goldstein, *The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama* (Berkeley: University of California Press, 1999).

19. Dru Gladney, *Muslim Chinese: Ethnic Nationalism in the People’s Republic*, 2ª ed. (Cambridge: Harvard East Asian Monographs, 1996).

Corrupção na Índia

UMA AMEAÇA PERSISTENTE*

Sumit Ganguly

Sumit Ganguly é professor de ciência política e catedrático da cadeira Rabindranath Tagore em Culturas e Civilizações Indianas na Universidade de Indiana – Bloomington e pesquisador sênior no Foreign Policy Research Institute.

A despeito do fétido, impiedoso e enervante calor de um verão típico de Nova Deli, milhares de cidadãos indianos reuniram-se na capital do país em agosto de 2011 para apoiar o jejum público do ativista social de estilo gandiano Kisan Baburao “Anna” Hazare. Esse motorista aposentado do Exército indiano, de 74 anos de idade (seu apelido significa “irmão mais velho”), iniciou sua greve de fome para induzir o Parlamento indiano a aprovar um dispositivo específico da legislação anticorrupção conhecido como Lei Jan Lokpal (ou *Ombudsman* do Cidadão). A legislação é importante e, em princípio, representa uma concessão importante às demandas de Hazare.

Vale à pena destacar algumas das provisões-chave do projeto de lei – o qual, no momento em que este artigo estava sendo redigido, em novembro de 2011, ainda estava tramitando no comitê de procedimento do Parlamento. O escritório do *ombudsman* que ele cria é supostamente um corpo totalmente autônomo, livre de interferência governamental. Para assegurar a independência dessa instância, juízes e autoridades constitucionais (incluindo especialistas legais de certo

*Publicado originalmente como “Corruption in India – An Enduring Threat”, *Journal of Democracy*, Volume 23, Número 1, Janeiro de 2012 © 2012 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

destaque) selecionarão aqueles que preencherão seus postos-chave. Ele terá poderes de investigar e de processar, e terá liberdade de examinar acusações levantadas contra qualquer burocrata, político ou juiz. Depois de iniciado um caso, ele terá o prazo de dois anos para finalizar seus processos. Apesar de as provisões existentes serem aparentemente robustas, alguns dos seguidores de Hazare, assim como observadores céticos, temem que a lei parlamentar que venha a ser aprovada seja “diluída”. É quase certo que tal desenlace racharia o movimento de Hazare. E não existem garantias de que essa nova organização, mesmo se construída do jeito que Hazare pretende, será de fato melhor para extirpar a corrupção do que as instituições já existentes na Índia para esse propósito.

Embora a adequação das táticas de Hazare a uma democracia representativa esteja sob vigoroso questionamento, ninguém duvida que ele apontou para um problema real. A corrupção, tanto corriqueira quanto em outras formas, tem se tornado onipresente na sociedade e na política indianas. Ela vai desde as propinas que os cidadãos comuns precisam pagar até mesmo para conseguir que uma queixa seja registrada na delegacia local de polícia até negócios obscuros que rondam grandes contratos governamentais e a entrada generalizada do comportamento criminoso na vida política. De acordo com uma estimativa independente de 2009, nada menos do que 161 dos 543 membros do Lok Sabha, a Câmara Baixa, possuem ficha criminal. O mais perturbador é que 75 deles sofreram sérias acusações de crimes, pendentes durante o período em que o relatório estava sendo preparado¹.

Não é surpreendente que o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional tenha posicionado a Índia no 87º lugar como país mais corrupto no mundo em 2010. A dimensão abrangente desse mal-estar fez, compreensivelmente, com que muitos indianos se mostrassem cínicos a respeito do funcionamento de sua democracia, e levou-os a pensar quantas negociatas mais ela pode suportar.

Casos recentes de corrupção em altos escalões têm tornado a venalidade na política uma questão pública importante. Os casos incluem atividades questionáveis que cercam a venda do espectro 2G de telecomunicações, a emissão de direitos de mineração a entidades corporativas muito ricas e bem conectadas, e a distribuição de contratos para os Jogos de 2010 da Commonwealth em Deli. Muitos comentaristas atribuem esse crescimento aparentemente dramático da corrupção à desregulamentação dos mercados na Índia e à adoção de políticas econômicas mais favoráveis ao mercado nas últimas décadas. Essa análise, embora não seja inteiramente destituída de mérito, deixa de fora muita coisa. O problema da corrupção em todos os níveis vem há tempos acompanhando a política e a sociedade indianas, e é claramente anterior ao advento da liberalização econômica dos anos 1990².

Nos anos anteriores a 1991, quando o crescimento econômico era dirigido pelo Estado, a corrupção era virtualmente endêmica. De fato, a “licença, permissão, quota raj” – para usar a evocativa frase do economista Raj Krishna – criou incentivos estruturais para a corrupção. Os extraordinários poderes discricionários colocados nas mãos de burocratas mal pagos fomentaram um clima no qual a corrupção podia prosperar como de fato o fez. Os homens de negócios em busca de autorizações e licenças desenvolveram uma simbiose pecaminosa com os ávidos funcionários civis.

A liberalização econômica, mesmo se plenamente acolhida, tem contribuído à redução das práticas corruptas rotineiras. Menos regulamentações têm significado menores oportunidades para a busca de favorecimento (*rent-seeking*) e de obtenção de propinas. Os empresários já não mais precisam suplicar aos burocratas a fim de expandir a capacidade industrial, importar componentes-chave ou iniciar novas empresas. Ainda que os mercados tenham sido abertos, as autoridades nacionais têm sido lentas para criar marcos legais transparentes, fiscalizados por corpos reguladores mais autônomos e igualmente transparentes, para abrigar iniciativas industriais e co-

merciais. Essa falha tem permitido a políticos poderosos assumir autoridade discricionária e jogar em mais ampla escala novos jogos do tipo *rent-seeking*. Alguns observadores têm apontado que a Índia parece estar correndo o perigo de meramente substituir burocratas corruptos por funcionários eleitos corruptos, e de permitir uma forma de capitalismo de comparsas para substituir o “socialismo de comparsas” da antiga licença raj³.

O Legado da Corrupção

Tragicamente, a corrupção severa e amplamente disseminada não é novidade na Índia. Apesar da proibidade pessoal dos principais líderes do movimento nacionalista, a corrupção não tem sido desconhecida do Raj britânico, e não demorou para se manifestar depois da independência em 1947. O primeiro-ministro Jawaharlal Nehru deu um vigoroso exemplo de retidão oficial, mas alguns de seus seguidores se mostraram menos dispostos a pronunciar um firme “não” às oportunidades de suborno e de peculato. Em diversas ocasiões, Nehru se curvou às exigências políticas e deixou passar os delitos dos ministros-chave de seu gabinete ou de figuras importantes de seu partido do Congresso. Se a retidão do comportamento pessoal de Nehru apontava em uma direção, a colher de chá que ele dava a seus correligionários apontava para outra, e sem dúvida ajudou a criar precedentes negativos para a tolerância da corrupção.

De acordo com muitos relatos, a corrupção piorou consideravelmente sob a liderança da filha de Nehru, Indira Gandhi, que se tornou primeira-ministra menos de dois anos depois da morte de seu pai, em 1964. Diferentemente do exemplo de seu pai, o dela foi decisivamente pobre. Ela mostrou pouca consideração pelo império da lei quando declarou “estado de emergência” em junho de 1975, logo depois que a alta Corte decretou que ela tinha transgredido as leis eleitorais. Durante esse período, que durou até março de 1977, o direito ao *habeas corpus* foi suspenso, a censura à imprensa foi amplamente praticada e um número considerável de funcionários

federais abusou flagrantemente de seus poderes. Havia ao menos um lado positivo: uma vez que terminou o estado de emergência, a liberdade de imprensa voltou com uma desforra, à medida que começava novamente uma era de vigoroso jornalismo investigativo. Todavia, o brilho se tornou opaco, dado que nem mesmo a ampla exposição pública do mais arrogante e insensível comportamento burocrático serviu para que se iniciassem ações legais, e assim se confirmou a existência de uma cultura da impunidade.

Indira Gandhi foi assassinada por seus próprios guarda-costas sikh devido a questões nacionalistas em 1984, levando à ascensão de seu filho e sucessor Rajiv. Neófito em política, Ravij Gandhi, que tinha sido piloto de uma empresa aérea, logo se envolveu em um escândalo sobre acusações de que subornos haviam servido para viabilizar um negócio de canhões da sueca Bofors para o exército indiano. Esse tema se tornou altamente controverso quando o próprio Ministro da Defesa, V. P. Singh, exigiu uma investigação e foi demitido do gabinete. Posteriormente, uma comissão mista do parlamento absolveria de prevaricação Rajiv Gandhi e o partido do Congresso, embora o relatório feito pelo Fiscal de Contas Públicas e Auditor Geral (FCPAG) – com efeito, a mais alta autoridade investigativa oficial na Índia – tenha descoberto que, de fato, haviam sido pagas comissões ilegais⁴.

Seguiu-se uma série de outros escândalos. Um dos mais destacados e flagrantes ocorreu no empobrecido estado nordestino de Bihar, conhecido há tempos devido às múltiplas falhas de governança. Ali, o Ministro Chefe Laloo Prasad Yadav foi forçado a renunciar em 1997, com base em alegações de corrupção relacionadas ao desvio de mais de US\$ 200 milhões em fundos estatais destinados a comprar alimento para o gado. Com um toque dickensiano, *Jarndyce versus Jarndyce*, os casos judiciais que derivaram dessa “Fraude da Forragem” estão ainda pendentes quinze anos depois, enquanto escrevia este artigo. Enquanto isso, Yadav conseguiu um assento no Lok Sabha.

Algumas das mais recentes indignações públicas merecem discussão porque elas sugerem a disseminação e a escala da corrupção, e permitem compreender a intensidade da ira e do cinismo públicos. Um conjunto de escândalos veio à tona em 2010. Um dos mais proeminentes desses envolveu a Sociedade Adarsh de Habitação em Bombaim (Mumbai), a capital de Maharashtra e centro financeiro da Índia. Os melhores lotes da cidade têm sido ostensivamente separados para a construção de um residencial com vários andares para abrigar veteranos e viúvas de soldados mortos em 1999, na guerra de Kargil com o Paquistão. Uma petição apresentada sob a Lei de Direito à Informação (LDI), de 2005, revelou, no entanto, que um número considerável de apartamentos dos edifícios tinha sido vendido por valor abaixo do de mercado para pessoas (incluindo aposentados e ainda alguns oficiais sênior do exército e da marinha na ativa) com conexões políticas e burocráticas. O primeiro-ministro de Maharashtra, membro do partido do Congresso, pediu demissão, alegando sua inocência, apesar das evidências de que ele sabia o que estava ocorrendo⁵. O Departamento Central de Investigação (DCI) e as forças armadas estão investigando, e a confiança pública nos militares – uma instituição que já foi considerada uma das mais honestas da nação – foi abalada.

O escândalo Adarsh aconteceu no encalço das revelações a respeito da corrupção nos preparativos, em Deli, para abrigar mais de seis mil atletas, de 71 países, dos Jogos da Commonwealth, durante a primeira quinzena de outubro de 2010. No começo, os responsáveis fecharam os olhos às alegações de grosseiras irregularidades em grandes compras de equipamento esportivo, na construção do alojamento dos atletas e de outras infraestruturas. Mas, à medida que atrasos, construções de má qualidade e enormes custos excedentes vieram à tona, as autoridades federais foram forçadas a se posicionar publicamente sobre a situação. Em meio à incansável cobertura da imprensa e à crescente pressão pública, a Comissão de Vigilância Central (CVC) pediu que o DCI investigasse. Os membros do Parlamento (MP) do partido do

Congresso, que chefiavam o Comitê Organizador dos Jogos, acabaram presos. O relatório do FCPAG, apresentado ao Parlamento em agosto de 2011, levou o Partido Bharatiya Janata, de oposição, a pedir que o ministro-chefe de Nova Deli renunciasse⁶. Embora o partido do Congresso tenha conseguido afastar esses ataques, a confiança pública sofreu ainda mais quando a mancha da corrupção atingiu um evento que era uma vitrine da nação.

O último escândalo – todavia, mais ambíguo – envolve o leilão do governo federal do espectro 2G. Esse caso veio à luz em consequência de outro relatório do FCPAG, o qual alegava que as licenças do 2G haviam sido vendidas a taxas inferiores às do mercado por meio de um processo que envolvia amplo favoritismo⁷. Mais uma vez, a ira pública forçou o governo a pedir uma investigação do DCI, e outro alto funcionário público (dessa vez, o ministro federal das telecomunicações) teve que renunciar e enfrentar a prisão. Enquanto este texto estava sendo escrito, no entanto, o caso do DCI estava em questão. A Autoridade Reguladora de Telecomunicações da Índia (ARTI) relata que o tesouro público perdeu pouco ou nada na venda do espectro 2G, e o próprio DCI admite que não consegue obter evidências claras de ligações financeiras impróprias entre as principais empresas de telefonia móvel que tenham sido beneficiadas pela venda e o anterior ministro de telecomunicações⁸.

Os Limites das Instituições

Como a série de siglas que navega por este ensaio pode sugerir, a Índia não carece de agências públicas ocupadas em expor os abusos de autoridade e em levar os corruptos à justiça. Mesmo assim, enquanto elas têm, com frequência, cumprido a primeira dessas duas tarefas, sua capacidade de realizar a segunda tem sido amiúde posta em dúvida. O cumprimento é impedido pela interferência política descontrolada, pela absoluta ineficiência glacial do enferrujado e sobre-carregado sistema legal da Índia e, mais perturbador ainda, pela corrupção no interior das fileiras do próprio judiciário.

Desde 1964, o governo federal estabeleceu o CVC como um corpo nacionalmente autônomo destinado a atacar a corrupção no interior do governo. Mas o CVC não detinha poderes investigativos e devia apoiar-se em outras agências, notavelmente o DCI e a Diretoria de Implementação (DI), a fim de cumprir tais tarefas. O CVC também sofreu recentemente em virtude de uma controvérsia entre o partido governista do primeiro-ministro Manmohan Singh e a oposição a respeito da nomeação de um novo chefe para a instituição. (Um painel de três juizes da Suprema Corte considerou recentemente a anulação da indicação feita por Singh do nome de P. J. Thomas, com base em uma denúncia que Thomas está enfrentando em seu estado natal de Kerala).

Como alguns leitores podem ter concluído, o DCI é a principal arma de investigação do governo contra a corrupção. Ele é responsável pela coleta de informação e pelo encaminhamento de tais investigações, buscas e outras ações legais que possam ser necessárias para punir funcionários civis desonestos. O DCI iniciou muitas investigações, mas relativamente poucas levaram a julgamentos ou a prisões. Em 2009, por exemplo, ele apresentou uma taxa de condenação de apenas 62% dos acusados⁹. De acordo com uma fonte, o principal motivo para o fraco desempenho do DCI é sua incapacitante proximidade à autoridade executiva e a concomitante falta de real autonomia institucional. Por exemplo, o DCI deve obter permissão do governo estadual antes de proceder a uma investigação ali¹⁰. Em consequência disso, um grande número de casos permanece congelado enquanto aguarda a liberação para seguir adiante¹¹.

Ultimamente, o FCPAG tem estado sob os holofotes graças a seus altamente publicitados, mesmo que controversos, relatórios sobre um leque de questões que se estende desde vendas do espectro de telecomunicações até a segurança costeira (uma questão massivamente sensível na esteira do ataque terrorista de novembro de 2008 em Bombaim). Criado em 1971, o FCPAG tem considerável autonomia organizacional e tem exercido suas capacidades com algum vigor.

Dado que ele está fora do controle do poder executivo, não tem sido significativamente prejudicada sua capacidade de inspecionar e avaliar as políticas e ações do governo¹². Diante disso, alguns críticos têm questionado seus cálculos a respeito dos custos prováveis para o erário público decorrentes da falha do leilão do espectro 2G. Essas críticas são estreitamente relacionadas ao modo como se realiza o cálculo das perdas e não minam fundamentalmente as acusações básicas do FCPAG.

Além dessas instituições nacionais, cada estado da Índia supostamente conta com um escritório do Lokayukta (*ombudsman* anti-corrupção). Todavia, até 2011, somente 19 dos 28 estados da União tinham tais organizações, que são antes de tudo tribunais públicos encarregados de ouvir e de encaminhar queixas de cidadãos. A qualidade dessas instituições varia consideravelmente entre os vários estados da Índia que se deram ao trabalho de estabelecê-las. A grande maioria delas não tem poderes investigativos e deve se contentar com “identificar e envergonhar” os acusados. Seus críticos se queixam de que a falta de poderes investigativos e de polícia dessas agências atrapalha sua capacidade de atacar a corrupção na vida pública¹³.

A sociedade civil também representou um papel crítico, ainda que compreensivelmente desigual, ao dar visibilidade ao tema da corrupção e induzir o Estado a implementar reformas. Uma de suas vitórias, ainda que parcial, foi a LDI. A aprovação dessa lei foi resultado da agitação de alguns ativistas importantes, notavelmente Anna Hazare (que assegurou a aprovação de uma lei de direito à informação em Maharashtra em 2003), o ex-funcionário público Aruna Roy e o ativista social Nikhil Dey. Ao armar os cidadãos com o direito de acessar todas as formas de informação das agências do governo – que devem responder em 30 dias –, a LDI estabelece um marco na luta contra a corrupção e contra a governança ruim e não responsiva em geral¹⁴.

Com efeito, a verdadeira eficácia dessa lei tem gerado um novo e preocupante problema. Alguns ativistas da LDI têm recebido ameaças de morte, e, em alguns casos, foram mortos devido à sua persistência. Em 20 de julho de 2010, Amit Jethwa, um conhecido ativista ambientalista que estava fazendo campanha contra a mineração ilegal na Floresta Nacional Sasan Gir, no estado de Gujarat, no nordeste, foi baleado fatalmente em plena luz do dia por dois homens em uma motocicleta, do lado de fora do edifício da alta corte, em Ahmedabad, capital do estado¹⁵. Pouco mais de um ano depois, em 16 de agosto de 2011, agressores desconhecidos mataram a tiros Shehla Masood – apoiadora de Anna Hazare e ativista de certa importância – do lado de fora de sua casa, em um bairro elegante de Bhopal, a capital do estado central de Madhya Pradesh. Masood era conservacionista e vinha investigando temas relativos à mineração ilegal de diamantes, caça ilegal e remoção ilegal de madeira em seu estado natal, rico nesses recursos. Os assassinatos de Jethwa e de Masood foram simplesmente os últimos de uma perturbadora série de episódios similares (e até então menos letais) que haviam ocorrido em outras partes do país. Por exemplo, na cidade de Bangalore, ao sul, o eixo da indústria informática da Índia, os últimos cinco anos têm assistido cerca de cem ataques a ativistas da LDI, tendo alguns resultado em ferimentos graves¹⁶.

Tais ataques sinalizam o poder potencial da LDI – interesses poderosos claramente a temem, e matarão para impedir as pessoas de pressionar por seus direitos com base nela. Por ora, o ativismo baseado na LDI continua. Mas, se os ataques persistirem em um país onde a aplicação da lei é com frequência frouxa, isso vai mudar à medida que mais ativistas forem espancados ou massacrados sem que seus agressores sejam presos ou punidos? E se os criminosos conseguirem frustrar a vontade das pessoas e efetivamente anular tão facilmente uma lei tão importante, o que isso sugere a respeito da integridade da própria democracia indiana?

O Caso da Corrupção Judicial

Além dos preocupantes ataques aos ativistas da LDI, provocam grandes temores as evidências crescentes de que a corrupção está em escalada entre as fileiras mais altas do judiciário. Em meados de 2011, o juiz Soumitra Sen, da Alta Corte de Calcutá (Kolkata), renunciou depois de ter se tornado o primeiro alto oficial de justiça na Índia a sofrer o *impeachment* do Senado, o Rajya Sabha. Ele foi acusado de apropriação indébita de fundos enquanto atuava, nos anos 1990, como auditor indicado pela corte.

Mas o judiciário indiano enfrenta problemas que vão além de um simples caso envolvendo o alto escalão. De fato, o problema é sistêmico. Em um dado nível, o judiciário é altamente sobrecarregado. Em 2010, por exemplo, havia cerca de 32 milhões de casos não resolvidos arrastando-se nas cortes por todo o país¹⁷. A escala Brobdingnagian desse acúmulo estimula os litigantes a oferecer suborno para funcionários mal pagos da corte (e em algumas ocasiões mesmo para juízes maleáveis) como meio para fazer com que seus processos avancem.

Para completar a cena, os esforços para isolar as cortes da influência política tiveram consequências perversas. Uma vez indicado, um juiz só pode ser removido por meio de um complexo processo de *impeachment*. E, até mesmo para ser iniciado, esse processo deve contar com a permissão do chefe de justiça da Suprema Corte.

Os problemas de corrupção judicial são muitos, e algumas inovações consideráveis foram propostas para ajudar a resolvê-los. Elas incluem: submeter os juízes a escrutínio, levá-los a aderir a um código de conduta e criar um serviço judicial profissional. Essa última medida aumentaria substantivamente o número de juízes qualificados por meio de um processo de seleção baseado em um sistema de exame nacional, aumentaria também o número de cargos judiciais e criaria cortes de rito sumário capazes de reduzir o acúmulo de casos¹⁸. Mas a inércia institucional continua ainda po-

derosa e tem, até agora, assegurado que nenhuma dessas reformas esteja perto de ser implementada.

Além do problema da corrupção judicial, a Índia também tem assistido ao expressivo aumento da criminalidade como um fator da vida política, tanto no nível nacional quanto estadual. A morte de ativistas sociais é parte de um fenômeno mais amplo, que é o uso de redes criminosas para intimidar rivais políticos, impedir investigações, silenciar críticos e minar a integridade do processo eleitoral. Há tempos, em 1993, o então Secretário da Casa Civil, Narendra Nath Vohra, presidiu um painel que examinou o volume perturbador de vínculos entre políticos e criminosos. As descobertas do Relatório Vohra foram consideradas tão explosivas que, desde aquela época, partes significativas dele nunca foram publicadas. Mesmo assim, a Suprema Corte respondeu a uma petição litigiosa de interesse público, em 1997, ordenando ao governo central que criasse uma agência autônoma para examinar as questões mais importantes levantadas pelo Relatório. Todavia, ninguém nunca foi acusado como resultado disso, e permanece crítico o problema dos políticos que não somente possuíam vínculos criminosos, mas também um passado criminoso. Serão os órgãos que produzem e aplicam as leis na Índia ocupados por infratores graves? Existem motivos para a preocupação de que isso aconteça.

Por que existem tantos indivíduos com passado criminoso em cargos eletivos?¹⁹ Alguma culpa deve ser atribuída à Indira Gandhi. Durante e depois de seu “estado de emergência”, seu filho mais jovem – mas politicamente mais experiente e ativo –, Sanjay, tratou de construir apoio para si trazendo indivíduos com passado questionável à arena política²⁰. A lealdade pessoal a Sanjay, sem consideração por normas e expectativas da democracia parlamentar baseada na lei, era o que interessava.

Uma vez que aqueles com passado ou vínculos criminosos ingressaram na luta política, tornou-se muito mais fácil para outros como

eles seguirem o exemplo. Com um grande número de indivíduos como esses inserido na vida pública, poucos partidos políticos possuem interesse em eliminar aqueles com o passado manchado, pois tal empreendimento implicaria significativos problemas de ação coletiva.

Outra fonte de corrupção espreita a política indiana. Ela está relacionada à ausência de qualquer forma de financiamento público para as campanhas eleitorais. Os partidos acham oportuno apoiar-se em contribuições de negociantes e dos ricos. Isso não é inerentemente corrupto – as doações políticas privadas podem, certamente, ser sujeitas à transparência e a outras exigências –, mas isso dá margem ao favoritismo e ao nepotismo político.

O escopo e a amplitude da corrupção no interior da política indiana não são apenas surpreendentes, mas profundamente perturbadores. De acordo com uma estimativa, a Índia perdeu cerca de \$ 462 bilhões (em dólares de 2010), entre 1948 e 2008, em consequência de suborno, evasão fiscal, corrupção e propinas²¹. Tentativas institucionais de enfrentar essa ameaça estão se mostrando insuficientes. Em grande parte, os problemas são estruturais. Muitas das organizações encarregadas de extirpar a corrupção são ainda muito próximas às funções executivas do Estado ou simplesmente carecem de recursos de investigação ou de poderes de implementação – a sujeição estatutária do DCI ao veto das autoridades de nível estadual continua a ser o principal exemplo.

Ainda assim, há esperança. A LDI é uma promessa, mas os cidadãos ativistas que buscam sua ajuda estão sob ameaça e precisam das autoridades públicas – acima de tudo da polícia – para defendê-los. Talvez possamos nos consolar pensando que a própria existência da Lei e o número de ativistas que pretendem servir-se dela, apesar dos riscos envolvidos, sugerem que a indignação popular contra a corrupção descontrolada e o abuso do poder e do privilégio político estão ganhando espaço, ainda que lentamente. Também a consciência e a motivação a agir contra a corrupção judicial, embora em estágio incipiente, é outro motivo para acreditar

que os mecanismos da justiça podem ser postos em movimento. Um simples *impeachment* não é necessariamente o início de uma tendência, mas ele tende a mostrar que nem mesmo os juristas que ocupam os mais altos cargos estão acima da lei.

A Trajetória de Hazare

Finalmente, é muito cedo para emitir um julgamento decisivo sobre o destino do movimento que Anna Hazare e seus seguidores desencadearam. Claro que é tentador sugerir que, a despeito das multidões que ele consegue atrair e do sentimento público de indignação que ele toca, as demandas para sustentar a ação coletiva no decorrer do tempo se mostrarão muito pesadas, e apelos como o dele se esvanecerão.

Continue ou não, o movimento de Hazare enfatiza o significativo perigo que a corrupção coloca para a democracia indiana. Em geral, a Índia mantém eleições rotineiras em grande medida livres e justas, possui uma imprensa geralmente livre e combativa, (apesar de suas deficiências) o judiciário permanece independente, as liberdades civis são amplamente respeitadas e a sociedade civil está se expandindo rapidamente, tanto em escala quanto em dinamismo. Ainda assim, todas essas forças democráticas estão ameaçadas pelo impacto extraordinariamente corrosivo que a corrupção exerce sobre a vida pública indiana.

Se esforços constantes não forem feitos contra a corrupção, irá aumentar o cinismo sobre a viabilidade e a utilidade das normas, dos procedimentos e das instituições democráticas. Por sua vez, o cinismo pode erodir a legitimidade e o apoio à democracia e abrir caminho ao retorno das tentações autoritárias. Anna Hazare não é e nem será um ditador. Mas suas táticas de ação direta – usadas contra autoridades coloniais não eleitas – e sua aberta disposição a engajar-se em uma queda de braço moral com um órgão legislativo democraticamente escolhido são sinais de que, se o sistema parlamentar não encontrar alguma forma de iniciar uma vigorosa luta contra sua

própria corrupção interna, o apetite por remédios extrassistêmicos (e talvez até antissistêmicos) pode crescer a proporções problemáticas.

Afortunadamente para a democracia indiana, os perigos não parecem ser iminentes. Uma pesquisa por amostragem publicada em setembro de 2011, feita com 2.500 indianos entre 18 e 25 anos nas principais áreas metropolitanas, revelou que 86% desses jovens entrevistados ainda planejam votar nas próximas eleições nacionais. E, ainda, 65% também identificam a corrupção como o maior perigo enfrentado pela política indiana. (Em uma nota mais comovente, 65% também alegam que nunca pagaram um suborno). Obviamente, a pesquisa não representa uma enquete da opinião indiana, mas ela investiga um grupo crítico (jovens urbanos), e o alerta que ela contém deve ser levado a sério: existe um desencantamento disseminado em relação aos políticos e uma falta de confiança nos representantes eleitos. De fato, 72% responderam a pergunta “você quer participar da política?” com um “não”²². Tal tendência, apesar de um firme entusiasmo em participar do processo eleitoral, deve ser vista como um aviso perturbador para o futuro da democracia na Índia.

Uma pesquisa um pouco anterior, porém maior – que foi feita em finais de julho de 2011 e envolveu 20.268 entrevistados em dezenove estados – aponta em uma direção similar à outra. Quando indagados sobre “quem é mais corrupto?”, 43% dos entrevistados disseram “os representantes eleitos”, enquanto outros 32% disseram que eram “os funcionários do governo”. É bastante interessante que apenas 4% acreditavam ser o judiciário a entidade mais corrupta do país²³.

O problema da corrupção que está deteriorando a democracia indiana não é raro. Outros Estados democráticos, em graus variados, também enfrentam esse flagelo. Afortunadamente, a Índia possui muitos dos arranjos legais e institucionais para expandir a *accountability*. Como afirmou Larry Diamond, a presença de leis de liberdade de informação, de agências efetivas de combate à corrupção e de um sistema judiciário ativo e independente podem promover a

transparência e a *accountability*²⁴. É possível que as demandas do movimento anticorrupção da Índia, juntamente com a existência da LDI, possam colocar em evidência a urgência de tais arranjos institucionais. Esses, por sua vez, podem, ao longo do tempo, ajudar a restaurar certo grau de confiança de que a democracia na Índia, ao invés de ser um *playground* para a corrupção, pode favorecer, ao invés de prejudicar, os interesses dos cidadãos indianos²⁵.

NOTAS

1. Ver *Analysis of Criminal and Financial Details of MPs of 15th Lok Sabha (Interim Report)* (New Delhi: National Election Watch and Association for Democratic Reforms, 2009).

2. Para uma descrição detalhada, ver Christophe Jaffrelot, “Indian Democracy: The Rule of Law on Trial”, *India Review* 1 (janeiro de 2002): 77–121.

3. Somasekhar Sundaresan, “Crony Capitalism Riding High in India”, *Business Standard* (New Delhi), 30 de agosto de 2010.

4. N. Ram, “Know Your Bofors”, *Frontline*, 13–26 de novembro de 1999.

5. Anupama Katakam, “House of Scandal”, *Frontline*, 20 de novembro a 3 de dezembro de 2010.

6. HT Correspondent, “FCPAG Report on CWG Tabled; Sheila [Dixit], PMO Face Flak”, *Hindustan Times*, 6 de agosto de 2011.

7. Ver Departamento de Telecomunicações, *Performance Audit Report on the Issue of Licences and Allocation of 2G Spectrum* (New Delhi: Comptroller and Auditor General of India, 2010); ver também Sandeep Joshi, “FCPAG Submits Report on 2G Allocation”, *The Hindu* (Chennai), 10 de novembro de 2010.

8. Shantanu Guha Ray, “DCI’s 2G Spectrum Case Falls Apart”, *India Today*, 12 de setembro de 2011, 46–49.

9. Ver Aman Sharma, “DCI’s Conviction Rate Alarmingly Low”, *India Today*, 15 de março de 2010, <http://indiatoday.intoday.in/story/DCI%27s+conviction+rate+alarmingly+low/1/88296.html>.

10. S. K. Das, *Public Office, Private Interest: Bureaucracy and Corruption in India* (New Delhi: Oxford University Press, 2001).

11. Correspondência pessoal com o Professor Arvind Verma, Departamento de Justiça Criminal, Universidade de Indiana, Bloomington.

12. Das, *Public Office, Private Interest*, 172–73.

13. Krishnadas Rajagopal, “A Watchdog without Teeth”, *Indian Express*, 29 de junho de 2010; Nagendar Sharma, “Lokayukta: Anti-corruption Watchdog”, *Hindustan Times*, 27 de agosto de 2011.

14. Para um sensato e equilibrado relato sobre as origens, a evolução e o impacto da Lei de Direito à Informação (LDI), ver o artigo de Prakash Sarangi (“Corruption in India: Can the Right to Information Help?”) nas páginas 149–54 em *Journal of Democracy*, janeiro de 2012, vol. 23, número 1.

15. Indo-Asian News Service, “RTI Activist Shot Dead in Gujarat”, *Hindustan Times*, 21 de julho de 2010.

16. Jagadish Angadi, “Attacks on Activists Might Kill the Law”, *Deccan Herald* (Bangalore), 29 de abril de 2011.

17. Press Trust of India, “Courts Will Take 320 Years to Clear Backlog Cases: Justice Rao”, *Times of India*, 6 de março de 2010.

18. “Corruption in Judiciary”, *LiveMint* (New Delhi), 3 de maio de 2007. Disponível em: www.livemint.com/2007/05/02160432/corruption-in-judiciary.html.

19. Em 2002, no populoso estado de Uttar Pradesh, por exemplo, 965 dos 5.539 candidatos a deputado tinham ficha criminal. Swaminathan S. Anklesaria Aiyar, “How to Get Criminals Out of Politics”, *Times of India*, 10 de março de 2002. Oito anos mais tarde, nas proximidades do estado de Bihar, 59% dos deputados eleitos tinham fichas criminais. Ver “Bihar Polls: 59 Percent of New MLAs Have a Criminal Background”, *Times of India*, 26 de novembro de 2010.

20. A respeito desse tema, ver o relatório sobre a Justiça de J. C. Shah, referente ao período imediatamente posterior ao fim do “estado de emergência”. *Shah Commission of Inquiry: Third and Final Report* (Delhi: Controller of Publications, 1978).

21. Anjali Raval, “The Price India Pays for Corruption”, FT.com, 18 de novembro de 2010. Ver também P. Sainath, “Illegal Financial Flows: The Great Drain Robbery”, *The Hindu*, 17 de novembro de 2010.

22. Dhiraj Nayyar, “Anger and Hope”, *India Today*, 16 de setembro de 2011, disponível em: <http://indiatoday.intoday.in/story/india-today-youth-special-opinion-poll-corruption/1/151541.html>.

23. CNN-IBN, CNBC-TV 18, e *Center for the Study of Developing Societies*, “State of the Nation Survey”, agosto de 2011, disponível em: www.lokniti.org/state_of_the_nations_survey_august_2011.html. O autor gostaria de agradecer a Christophe Jaffrelot, Pratap Bhanu Mehta, Eswaran Sridhran e Ashutosh Varshney pela ajuda no acesso a alguns dados do survey, usados neste artigo.

24. Larry Diamond, *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World* (New York: Henry Holt, 2008). Ver em especial as seções “Creating Horizontal Accountability” e “Making Accountability Work”, 303–13.

25. Jim Yardley, “Protests Awaken a Goliath in India”, *New York Times*, 30 de outubro de 2011.

A Turquia sob o AKP

OS DIREITOS E AS LIBERDADES ESTÃO ASSEGURADOS?*

Berna Turam

*Berna Turam é professora do Programa de Relações Internacionais da Universidade Northeastern, em Boston, Massachusetts. É autora de *Between Islam and the State: The Politics of Engagement* (2007).*

Depois de quase uma década de vitórias eleitorais sucessivas do pró-islâmico Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), em eleições livres e justas, a intensidade do desacordo no interior e a respeito da política turca tem aumentado dramaticamente. O AKP tem aumentado consistentemente seu percentual de votos no curso das três últimas eleições nacionais para o parlamento (2001, 2007 e 2011) ao obter o apoio não apenas dos muçulmanos mais devotos, mas também de outros turcos menos religiosos que votam no AKP com a esperança de melhorias econômicas ou de mais reformas políticas e democratização. No entanto, o *status* da Turquia como um Estado secular com um governo pró-islâmico desde 2002 tem assumido um caráter ambivalente nos discursos tanto do mundo acadêmico, quanto da mídia.

Por um lado, a Turquia é vista com frequência como um país que fornece ao mundo muçulmano mais amplo um modelo de como integrar um potente movimento islâmico ao marco de uma democracia constitucional secular – e sem dúvida um dos que tem realizado sig-

* Publicado originalmente como “Turkey Under AKP – Are Rights and Liberties Safe?”, *Journal of Democracy*, Volume 23, Número 1, Janeiro de 2012 © 2012 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

nificativas reformas políticas com vistas a se tornar membro pleno da União Europeia e a alcançar melhorias gerais na qualidade da democracia. Por outro lado, ouvimos mais e mais a respeito da Turquia como um país fortemente dividido sobre questões de minorias e de direitos humanos, de liberdade de expressão e de autonomia midiática e acadêmica, e assolado por conflitos entre islâmicos e secularistas severos o bastante para sugerir que essa é uma sociedade dividida entre as civilizações ocidental e muçulmana.

Qualquer lista de reformas favorável à democracia liberal constitucional na Turquia deve começar pela observação de que o domínio hegemônico militar sobre a vida política civil foi restringido, como explica mais detalhadamente Ersel Aydinli em seu artigo “Civil-Military Relations Transformed” (*Journal of Democracy*, janeiro de 2012, vol. 23, nº1). Em seguida, essa lista deve apresentar um balanço sobre a maior abertura observada hoje em dia em relação às preocupações a respeito da grande minoria curda, cuja situação é discutida por Ragan Updegraff em *Journal of Democracy*, janeiro de 2012, vol. 23, nº1. Além das mudanças relativas aos militares e aos curdos, as mulheres têm recebido crescente proteção contra a violência. As reformas políticas do AKP e os esforços deliberados para tornar a Turquia um membro pleno da União Europeia continuaram a todo vapor em seu primeiro mandato (de 2002 a 2007), mas diminuíram seu ritmo a partir de então, até culminarem na controvérsia constitucional que ocorreu em 2010.

A atual constituição da Turquia é a mais secular do mundo muçulmano, mas ela também é, provavelmente, o legado mais explícito do governo autoritário no país. Um produto do golpe militar de 1980, a constituição é notavelmente frágil quando se trata da proteção aos direitos civis e às liberdades individuais, mas forte para proteger o Estado da prestação de contas aos cidadãos e à sociedade civil. Apesar disso, a controvérsia entre os que apoiam e os que se opõem às mudanças constitucionais que o AKP submeteu a referendo em 12 de setembro de 2010 tem pouco ou nada a ver com a

expansão da liberdade. Ao invés de criticar a agenda constitucional do AKP a partir de uma postura liberal crítica, os opositores secularistas ao governo pró-islâmico contentaram-se com a discussão verbal sobre aquele governo ser, ou não, competente para mudar a constituição. Concretamente, a oposição esteve preocupada principalmente com a “mudança no equilíbrio de poder no sistema judiciário”¹, e não com antigas questões sobre as liberdades individuais. Os problemas constitucionais mais urgentes encontram-se na área das liberdades individuais, que foram amplamente esquecidas devido ao fato de as principais vozes da oposição estarem menos motivadas pelo amor à liberdade do que pelo temor em relação ao primeiro-ministro do AKP, Recep Tayyip Erdoğan, e seu crescente domínio sobre a vida política turca.

Quase três quintos (58%) dos cidadãos turcos votaram “sim” no referendo de 2010, que mudou nada menos que 24 disposições constitucionais. Com exceção de poucas emendas – o reconhecimento da ação afirmativa para mulheres, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais; a proibição de investigação secreta pelo Estado de dados pessoais; e barreiras mais altas para que a Corte Constitucional consiga dissolver partidos –, a maior parte das mudanças tratou de estruturas e procedimentos ao invés de assuntos de liberdades individuais e de direitos civis. Uma dessas emendas supostamente liberadoras enfureceu as feministas por colocar os direitos das mulheres na mesma categoria dos direitos das crianças e das pessoas com necessidades especiais. Ao invés de empreender uma expansão notável nos direitos civis e nas liberdades políticas, as reformas foram relacionadas, principalmente, à mudança no equilíbrio do poder em favor dos funcionários eleitos em comparação ao dos funcionários indicados. Em outras palavras, o referendo emponderou o governo eleito do AKP – de orientação islâmica – em suas disputas com juízes e burocratas secularistas do tipo que vinha dominando há muito tempo o Estado turco, apesar de não possuir cargos eletivos. Além de expandir a Corte Constitucional de onze para dezessete juízes e de conferir ao parlamento (dominado pelo AKP) um

papel mais amplo na nomeação daqueles, as emendas reestruturaram o Alto Conselho de Juízes e de Promotores – que indica, promove e disciplina juízes e promotores.

Ao enfraquecer o controle dos kemalistas seculares no judiciário, as emendas tiveram um cunho democratizante. Em 2007 e 2008, a Corte Constitucional deu alguns passos que pareciam muito mais políticos do que legais – reinstituindo a proibição do véu, após o AKP a ter suspenso; permitindo que a conclusão do processo legal que acusava esse partido de “atividades antisseculares” fosse adiante antes de ser finalmente arquivado; e mudando o tamanho do quorum necessário para o parlamento eleger um presidente. Paradoxalmente, no entanto, embora essas reformas constitucionais visassem restringir “o papel tutelar da Corte Constitucional, procurando cumprir os padrões europeus aceitos”, elas falharam em limitar o robusto papel presidencial na nomeação da Corte Constitucional; agora, o presidente escolhe quatorze dos dezessete juízes².

De maneira geral, as emendas de 2010 evidenciam uma concentração na divisão islâmicos *versus* seculares e uma tendência correspondente a negligenciar necessidades prementes de uma reforma política liberal. Exibindo descuidadamente pontos cegos similares e jogando jogos de poder semelhantes, o governo e sua oposição secularista permanecem igualmente desinteressados em expandir as liberdades individuais e os direitos civis. Existem alguns grupos e indivíduos firmemente posicionados do lado da democracia liberal, mas eles são ofuscados por kemalistas e islâmicos e por suas rivalidades.

Conversas sobre mudanças constitucionais (e, de fato, uma lei básica totalmente nova) estavam em andamento no momento da redação deste artigo, em dezembro de 2011. O que se poderia esperar é que o AKP, tendo assegurado sua posição, permitiria que a próxima rodada de reformas fosse sobre a expansão de direitos e de liberdades. Infelizmente, no entanto, as notícias mais recentes sugerem que está ocorrendo o oposto. O terceiro mandato do AKP está se confi-

gurando como um período no qual reformas por liberdades maiores e mais seguras ficam atrás do esforço por mudanças constitucionais.

Atualmente, cerca de setenta jornalistas e um número crescente de acadêmicos estão na cadeia ou sob alguma forma de detenção enquanto se preparam para enfrentar acusações de atividade política ilegal ou de manter laços com grupos terroristas. Em quase todos os casos, a “ofensa” de fato é a de terem expressado uma opinião política ofensiva a respeito de alguém no poder. O Conselho Europeu expressou recentemente sua preocupação pelo fato de mais de mil casos em julgamento na Corte Europeia de Direitos Humanos serem relacionados a temas de liberdade de expressão na Turquia³. Acadêmicos turcos estão mais ocupados do que nunca condenando as prisões de ativistas legítimos, estudiosos e professores cujas pesquisas tocam em temas que o governo do AKP julga politicamente sensíveis. A Associação de Estudos sobre o Oriente Médio enviou cartas abertas a Erdoğan pedindo a ele que faça algo a respeito do declínio da liberdade acadêmica. Juntamente com seus colegas no Ocidente, os acadêmicos turcos têm se organizado desde 2009 contra os ataques do governo à pesquisa, ensino, tradução e publicação.

As cortes turcas estão formando concluídos em processos injustos ao sujeitar os detidos a esquemas de vigilância anteriores ao julgamento e ao enviá-los a prisões de segurança máxima que obstruem o trabalho de preparo da defesa dos casos. O governo também tem sido ativo no campo da censura à Internet, negando o acesso a vídeos do YouTube e, ocasionalmente, fechando *websites* satíricos ou de alguma forma críticos. A ironia de se restringir direitos e liberdades em um momento de grandes reformas constitucionais tomou proporções lamentáveis em casos de abuso sexual infantil nos quais os acusados receberam punições extremamente leves (se comparados aos acusados políticos) após as cortes aceitarem argumentos de defesa altamente problemáticos sobre a capacidade de consentimento de meninas menores de idade⁴.

Reformas Públicas, Medos Íntimos

Não é surpreendente que, dada essa situação, as reformas formais, nos níveis macroinstitucionais, não venham atenuando os temores – que crescem informalmente, que são do nível micro – de muitos cidadãos de que eles se encontram em perigo de perder – de fato, senão de direito – preciosas liberdades individuais e civis. Confrontos de rua, em geral verbais e ocasionalmente físicos, têm se tornado frequentes na medida em que pessoas com hábitos e modos de vida conflitantes se acotovelam em bairros urbanos superlotados. Esse hiato entre a reforma nos altos níveis e a difundida ansiedade relativa a perdas de liberdade merece atenção e análise.

Grandes cidades turcas, como a grande Istambul (*habitat* de cerca de um quinto da população de 74 milhões de pessoas do país), tornaram-se arenas nas quais estão sendo travados conflitos dramáticos a respeito de liberdades civis. Sinais visíveis da presença islâmica (véus femininos, restaurantes que se recusam a servir álcool ou que estão fechados durante o período diurno no mês de jejum do Ramadã) já não se restringem aos bairros pobres dominados por migrações recentes de populações do interior do país, mas podem ser vistos em áreas mais elegantes da cidade que eram, até recentemente, províncias quase exclusivas dos secularistas. Esse é, em parte, um sinal do domínio político do AKP e, em parte, um resultado da prosperidade e da mobilidade ascendentes que estão, agora, sendo desfrutadas por muitos muçulmanos devotos em uma Turquia cuja economia tem crescido rapidamente na última década. Istambul sempre congregou modos de vida mais conservadores e mais liberais, mas, quando eles eram mais ou menos segregados espacialmente, as instâncias de fricção entre eles eram raras. Quando expostos a um conflito entre costumes em seus ambientes privados, tanto os secularistas quanto os muçulmanos devotos expressam o medo de perder o “espaço pessoal” onde se sentem livres.

De uma forma um tanto irônica, tais “micro” preocupações (ao menos pelo lado secular) tomaram o lugar das antigas preocupações

“macro” de que o AKP seria inclinado a descartar o secular estado kemalista *tout court*, substituindo-o em larga escala pelas leis da *shari’a*. Na medida em que essa preocupação sobre a “islamização a partir do alto” tem recuado, os secularistas têm estado ansiosos sob o que está ocorrendo sob seus narizes. Mesmo os mais firmes secularistas passaram a admitir que os turcos islâmicos, embora seguramente queiram uma parcela maior de poder para si, não estão visando um “cenário iraniano” de imediata revolução islâmica de cima para baixo. No entanto, isso não exclui a possibilidade de um processo de “islamização de baixo para cima” cujo final seria tão indesejável para os secularistas quanto a islamização por meio do comando das altas autoridades do Estado.

Os temores relativos ao *status* e ao futuro da liberdade na Turquia – onde o AKP, segundo todas as indicações, tem obtido um domínio unipartidário seguro – levaram a um debate nacional (e mesmo internacional) a respeito do fenômeno conhecido como “pressão dos bairros”⁵. O medo de perder os “espaços individuais” livres parece estar amplamente associado à crescente presença nos bairros urbanos dos devotos muçulmanos conservadores, que são vistos por alguns observadores como crescentemente intolerantes em relação a outros modos de vida, principalmente os não religiosos.

Como os incidentes que envolvem a “pressão dos bairros” têm alcançado as manchetes dos jornais turcos, levantamentos nacionais têm tornado públicas as violações de direitos individuais e de liberdades civis nas principais cidades⁶. A tendência da cobertura tem sido a de apresentar os secularistas como vítimas e os muçulmanos devotos como agentes da repressão. Em meu próprio campo de pesquisa, tenho lutado para ser o mais imparcial possível. Em particular, tenho controlado conscientemente os “efeitos de localização” como forma de contornar o problema do viés da amostragem⁷.

A fim de tornar minha análise mais concreta, devo resumir alguns dos incidentes da vida cotidiana nos bairros de Istambul sobre os

quais tive conhecimento. Em um deles, o proprietário de uma cafeteria em Ümraniye – um lugar onde há muitos devotos, na parte nordeste de Istambul, que se tornou mais mesclado devido à gentrificação – proibiu uma comerciante secular de entrar em seu estabelecimento porque ela não estava acompanhada de um homem. Em outro, uma equipe esportiva – vestida com a roupa típica, ajustada ao corpo – foi acusada de homossexualidade e agredida por pessoas do local quando estacionou seu carro em uma loja de esquina de um bairro religioso. E ainda, em um terceiro caso, uma mulher usando véu, que estava fazendo compras em uma loja refinada no distrito secular de Teşvikiye, foi verbalmente agredida por outro comprador que gritou: “se você vai cobrir com um véu gigantesco as roupas de marca, pelas quais está pagando tão caro, que sentido tem fazer compras aqui? E, além do mais, que diabos você está fazendo aqui neste bairro? Você se perdeu na cidade?”. Outra jovem mulher, que usava véu e estava de mãos dadas com seu namorado, foi inquirida: “se você é devota e defende a moralidade religiosa, por que você tem namorado e por que não está vestida de modo modesto? Isso não é um pecado de acordo com a sua religião?”.

Eu tenho em meus arquivos muitas histórias como essas, de ambos os lados, em que se dividem religiosos e seculares, tendo reunido-as desde 2007 por meio de entrevistas e de grupos focais, assim como por meio de e-mails não solicitados que recebo depois de cada apresentação acadêmica ou aparição que faço na mídia. Quem “possui” o populoso espaço urbano da agitada Istambul (para falar apenas da cidade mais conhecida do país cuja população urbana é agora de 71%) é claramente um tema de séria discórdia pública. O modo pelo qual essa inevitável e cada vez mais penetrante disputa se desenvolve e é, por fim, solucionada (seja qual for a forma que a solução assuma) terá claramente um prolongado efeito sobre as perspectivas democráticas na Turquia. O caso turco nos convida a olhar além da ciência política convencional, com seu foco sobre o Estado e um punhado de instituições (partidos, eleições, cortes e

burocracias oficiais), a fim de aferir a política da vida cotidiana e suas implicações para a modernização⁸.

As Bênçãos do Iliberalismo Desastrado

Em agosto de 2011, pouco antes do começo do jejum do mês do ramadã, o primeiro-ministro Erdoğan fez uma visita pessoal inesperada às estreitas ruas da mesquita de Asmalı, próxima à praça Taksim, no coração do moderno centro da cidade de Istambul, onde tabernas conhecidas como *meyhane* - as quais, a céu aberto, vendem bebidas alcoólicas - proliferaram nos últimos anos. Na esteira de sua incursão, o governo local do AKP impôs restrições àqueles estabelecimentos, ordenando-lhes que mantivessem todas as mesas no seu interior e fora das vias públicas. Isso foi justificado como questão de segurança pública e de proteção do espaço público contra as ocupações ilegais de proprietários de pequenos negócios, mais do que como um ataque direto à cultura da bebida na região da mesquita de Asmalı. Muitos nas vizinhanças queixaram-se fortemente, mostrando que alguns dos bares tinham permissão para mesas a céu aberto, e acusaram o primeiro ministro de atacar a liberdade dos indivíduos de tomar bebidas alcoólicas a fim de bajular seus aliados islâmicos. O curioso espetáculo de um chefe de governo nacional inclinando-se sobre minúcias municipais como a colocação de mesas de bares em calçadas é mais um sinal do peso que a questão dos bairros possui na Turquia.

O episódio da mesquita de Asmalı não foi o primeiro em que o AKP tentou restringir as liberdades individuais e civis. Em setembro de 2004, ele teve que desistir de sua proposta de criminalizar o adultério depois que essa ideia deflagrou uma tumultuada reação liderada por grupos de mulheres⁹. Em agosto de 2008, o legislador do AKP Edibe Sözen sugeriu uma “lei de proteção aos jovens”, que exigiria o registro da venda de todo material considerado pornográfico e que impediria a entrada em restaurantes de qualquer criança com menos de dezesseis anos, mesmo acompanhada pelos pais.

Igualmente, de tempos em tempos, o AKP faz tentativas sutis de limpar as zonas de prostituição ou de “aumentar” a idade legal para ingestão de bebidas alcoólicas para 24 anos, em um país onde nunca existiu uma exigência reconhecida de idade mínima para a compra de bebidas alcoólicas e onde não é incomum os pais enviarem seus filhos à loja mais próxima para comprar uma garrafa de bebida.

O padrão usual do AKP é revelar uma de suas manobras para “remoralizar” a sociedade e logo abandoná-la rapidamente soterrada sob o bombardeio de indignação pública e censura que ela provoca. Há algum tempo, as incursões do AKP contra as liberdades civis não têm sido tão numerosas porque a Turquia possui um sistema legal relativamente estável, com o código civil mais secular (ainda que insuficientemente liberal) do Oriente Médio. O AKP não fez grandes progressos na moralização da sociedade “pelo alto” porque a oposição espontânea “de baixo para cima” tem crescido – não porque existam influentes, articulados, defensores dos princípios do liberalismo clássico e das liberdades civis no parlamento ou na vida pública. No poder, o AKP não enfrentou uma forte oposição política, seja no parlamento ou na forma de um movimento social firme e efetivo que seja capaz de desafiar sistematicamente as fraquezas e a indiferença governamental quando o assunto é a proteção e o aprimoramento da liberdade individual. Existe um espaço vazio na política turca onde os democratas liberais deveriam se posicionar, e os protestos a favor da liberdade deveriam acontecer nas ruas, e não nos corredores da alta política.

Vários grupos na Turquia, tanto devotos como seculares, gostam de se apropriar do termo “democrata liberal” para seu uso próprio, mas sem merecer verdadeiramente o título. Não apenas leigos e ativistas, mas também acadêmicos, parecem confusos, se não dúbios, a respeito do que significa a democracia liberal. Pelo bem da clareza, o termo deve ser reservado àqueles com um comprometimento consistente, sério e de princípios com a proteção das liberdades individuais e civis de *todos*, sem exceção.

A vida pública turca é cheia de pessoas que promovem várias exigências de direitos, mas essas se preocupam tipicamente com *suas próprias* agendas específicas (religiosas, étnicas, sexuais e outras), e pertencem menos ao domínio do liberalismo clássico do que a políticas de identidades. (Para dar um exemplo, pode-se defender a liberdade de uma mulher muçulmana usar véu sem necessariamente advogar a liberdade de religião para todos).

Dessa perspectiva, muitos dos partidários polarizados nos debates dos bairros – incluindo políticos e acadêmicos, assim como pessoas comuns – não são democratas liberais, mas litigantes bem específicos de um tipo ou de outro. Mais do que tudo, a onipresença dessa mentalidade de “litigantes especiais” e a concomitante escassez de liberais por princípio explicam por que as garantias efetivas de liberdades civis que abrigam a todos (incluindo as minorias de vários tipos, mulheres e jovens) estão tendo problemas em se tornar traços padrão na vida turca.

A ausência de uma verdadeira oposição liberal democrática ao AKP é obscurecida pelos desacordos menos relevantes que separam o governo de Erdoğan da principal corrente de oposição secularista, o Partido Republicano do Povo (CHP). A rivalidade parcial entre o AKP e o CHP esconde um grande problema da política turca, qual seja, o improdutivo acordo entre políticos devotos e seus pares secularistas em muitas questões. Ambos os grupos – e talvez particularmente os aguerridos membros do CHP seguidores do kemalismo, o qual é uma ideologia secular, mas dificilmente liberal – mostram uma perturbadora semelhança pela falta de qualquer compreensão genuína ou de qualquer comprometimento com a liberdade individual. Ambos têm feito pouco ou nada para garantir ou proteger a liberdade para todos, incluindo a das minorias étnicas, religiosas ou sexuais, assim como a dos jovens. As notórias deficiências da política turca em relação a temas tais como licença maternidade, disposições para os portadores de necessidades especiais e assédio sexual podem ser creditados à indiferença da maioria dos partidos em relação aos di-

reitos civis e às liberdades individuais. Devido ao fato de essas questões não serem tópicos de disputa partidária, as fraquezas da Turquia para lidar com elas escapam com frequência a um escrutínio crítico. Ao contrário, enquanto o AKP e o CHP estão ocupados com suas discordâncias relativas ao secularismo, eles convergem amplamente em sua compartilhada intolerância com relação aos homossexuais, sua falta de preocupação sobre o *status* e o tratamento da mulher, e sua relativa indiferença quando se trata de liberdades civis e políticas (particularmente dos jovens e das minorias étnicas ou religiosas).

A sociedade civil ainda não produziu um forte movimento de jovens e de mulheres suficientemente audível para convocar os políticos a prestar contas. No momento, a energia liberal que existe parece se dirigir à reivindicação de um tratamento mais justo para os cidadãos turcos de etnia curda, mas existem ainda coisas que permanecem amplamente no domínio “étnico” da política de identidade ao invés de se estender ao domínio “cívico” da garantia de direitos a todos. Na linha do que Philippe Schmitter chamou de o caráter “menos significativo”¹⁰ das recentes democratizações, a Turquia tem caminhado por meio de um processo de reforma política substantiva e de liberdade civil que não tem oferecido a muitas pessoas o grau de liberdade individual e civil que elas acreditam merecer. Ao invés de conseguir liberalização sem democratização genuína, eles estão obtendo democratização com insuficiente liberalização. Por essa razão, justapõem-se um considerável progresso feito pela Turquia no *front* da reforma política institucional e a luta para assegurar liberdades civis e individuais que acabam sendo deixadas ao sabor das lutas nas ruas.

Contenção de Disputas como Progresso

Estudiosos da democratização, que normalmente se concentram em instituições, gostam de argumentar que as sociedades em transição tendem a arrefecer sua busca por rápidas reformas institucionais quando a expansão da participação democrática começa a estimular a crescente desordem social. Outros advogam pela confiança na “po-

lítica do povo”. Ainda que isso não signifique que devemos depositar completa e incondicional confiança em *todas* as políticas do povo, a verdade é que democratas liberais, firme e genuinamente dotados de princípios, são minoria mesmo nas democracias mais avançadas¹¹.

Ao pensar sobre o caso turco, devemos lembrar que ser devoto e observante da religião não significa que alguém tenha uma personalidade autoritária e, ao contrário, que ser secularista por si só não faz de ninguém um defensor dos princípios do liberalismo clássico, universal. Os turcos de várias crenças estão discutindo como devem viver juntos em uma sociedade democrática. O que eles estão dizendo e como eles estão fazendo isso pode nem sempre ser agradável ou edificante, mas ao menos eles estão conversando entre si (e, às vezes, até mesmo divergindo com os membros de seu próprio grupo), o que é melhor do que o antigo *status quo* de barreiras impermeáveis através das quais palavras eram raramente trocadas. As disputas, além disso, não são sempre ou simplesmente relativas à religião, mas podem também ser sobre assuntos como visão política de mundo aberta à discussão, e talvez ainda uma medida de acomodação sob a rubrica liberal clássica de proteção aos direitos e liberdades para todos.

As boas notícias sobre a contestação nas ruas é que elas representam não apenas uma mera desordem social, mas uma tentativa rudimentar das pessoas comuns de forjar a configuração de uma Turquia democrática. Apesar da rápida reforma política, os principais partidos – com seu compartilhado apoio tácito ao *status quo*, ainda iliberal – falharam em (ou nem sequer tentaram) promover e defender as liberdades civis e individuais. Suas reformas institucionais são, portanto, quase como letras sem música, e não fazem o suficiente para proteger e apoiar as liberdades civis¹². As lutas de bairros nos lembram que a política para o povo comum e a vida cotidiana não podem ser negligenciadas ou subestimadas seja pelos políticos ou pelos analistas. Os ecos e ondas do debate por toda a nação sobre as pressões das ruas já permitem sugerir que as ações e as vozes das pessoas comuns contam de fato na conformação dos processos polí-

ticos de nível macro.

A Turquia está agora no centro do cenário como um modelo de democracia muçulmana secular em rápida mudança no Oriente Médio. Como o primeiro Ministro Erdoğan tem explicado eloquentemente, o AKP tem provado, de fato, que seus detratores estão equivocados a respeito de um ponto-chave, e tem mostrado que um partido de orientação islâmica pode ser responsável por um Estado secular. Ainda assim, se as acusações de que o AKP pretende derrubar os princípios do secularismo constitucional perderam seu prazo de validade, a tendência a elogiar os turcos islâmicos por terem feito sua paz com o secularismo também atingiu seu limite. É hora de focar no grande desafio remanescente – estabelecer as liberdades individuais requeridas por uma democracia robusta e liberal. É irônico que as pessoas comuns, ao reagirem a preocupações locais, pareçam estar assumindo esse desafio com mais intensidade e entusiasmo do que aqueles que são membros da elite política com assento no parlamento nacional.

Nota

A autora gostaria de agradecer a Yeşim Bayar e a Tom Viccino por seus comentários construtivos e é grata a Ahmet Kuru por seu engajamento crítico e pelas discussões acadêmicas durante a redação deste artigo.

NOTAS

1. Ahmet T. Kuru e Alfred Stepan (eds.), *Democracy, Islam, and Secularism in Turkey* (New York: Columbia University Press, 2012), 9.

2. Kuru e Stepan, *Democracy, Islam and Secularism in Turkey*, 162.

3. Ver www.news.com.au/breaking-news/turkish-journalists-face-chilling-situation/story-e6frjku0-1226196216052.

4. Ver İclal Aydın “Ah ulan ‘Rıza’” [Argh, “Consent’] *Vatan* (Istambul), 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://haber.gazetevatan.com/Haber/413484/1/Gundem>. Note-se que esse título é sarcástico, já que a palavra “riza” é também um nome masculino em turco.

5. Ver Altınorder Ateş, “The Debate on Neighborhood Pressure in Turkey”, *Footnotes* (American Sociological Association newsletter), fevereiro de 2009, 2;

Berna Turam, “A Contested Neighborhood of Istanbul: Space and Power-Sharing in Everyday Life”, *paper* apresentado no encontro anual da ASA, Las Vegas, 2011; e Ruşen Çakir, *Mahalle Baskisi* [Pressão dos bairros] (Istanbul: Doğan Kitapçılık, 2008).

6. Para uma discussão a respeito dessas pesquisas e de seus achados, ver Binnaz Toprak, *Türkiye’de farklı olmak: Din ve muhafazakarlık ekseninde ötekileştirenler* [Ser diferente na Turquia: aqueles que são tidos como “outros” com base no nacionalismo e no conservadorismo] (Istanbul: Metis, 2009).

7. Para evitar esse viés, deve-se ou realizar um estudo de campo em profundidade e de longa duração a fim de se compreender e explicar os múltiplos níveis e aspectos da política em certos locais (nesse caso, os bairros), ou entrevistar uma ampla série de pessoas em uma amostra transversal equilibrada de bairros a fim de se estar seguro de não se estar, por exemplo, ouvindo principalmente os relatos dos turcos mais seculares sobre suas impressões negativas dos encontros nas calçadas com os religiosos praticantes.

8. Para exceções notáveis à abordagem convencional, ver Salwa Ismail, *Political Life in Cairo’s New Quarters* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006); Asef Bayat, *Life as Politics* (Stanford: Stanford University Press, 2010); Lisa Wedeen, *Peripheral Visions* (Chicago: University of Chicago Press, 2009); Çağlar Keyder, “Globalization and Social Exclusion in Istanbul”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 29 (março de 2005): 124–34.

9. Susan Sachs, “Adultery a Crime? The Turks Think Again and Say No”, *New York Times*, 15 de setembro de 2004.

10. Philippe C. Schmitter, “Democracy’s Past and Future: Twenty-Five Years, Fifteen Findings”, *Journal of Democracy* 21 (janeiro de 2010): 19.

11. Ghassan Salamé, “Introduction: Where Are the Democrats?” In: Salamé, (ed.), *Democracy without Democrats* (London: I. B. Tauris, 1994).

12. Consequentemente, é necessária uma avaliação em profundidade do caso turco a fim de se prevenir mal-entendidos a respeito da democratização, já que os estudos frequentemente focam o processo eleitoral e a reforma política as custas de temas relacionados ao *status* das liberdades individuais e civis.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

[PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

[desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>